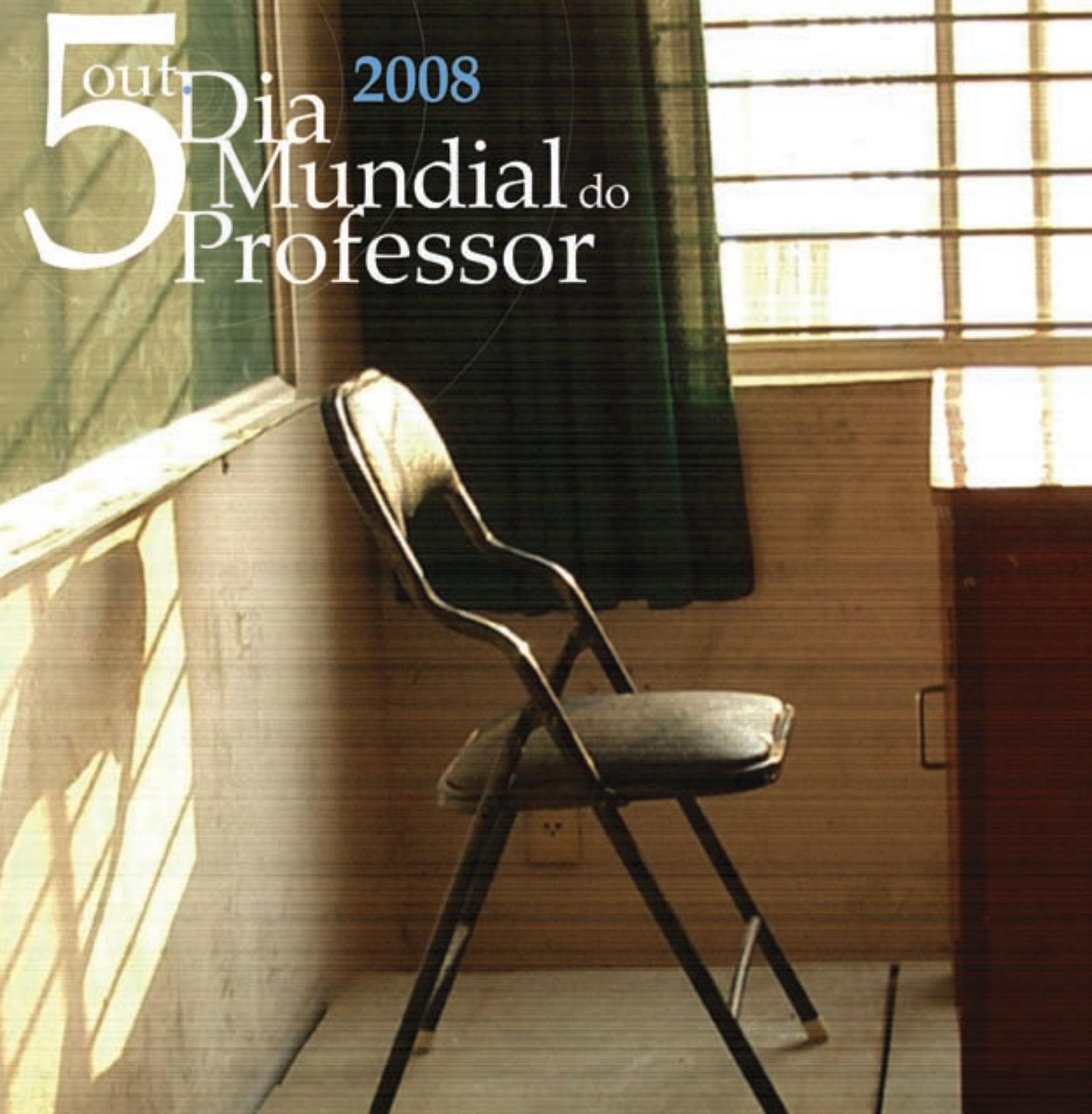


5^{out.} Dia 2008
5^o Dia Mundial do
Professor



nós contamos!

spn
INFORMAÇÃO



HENRIQUE BORGES

Dizem que estás cansado...

O início de um texto com uma citação de um poema de Brecht não é inédito. Muitos pensarão que a sequência será obrigatoriamente um amontoado de lugares comuns e de apelos mais ou menos épicos à resistência perante um contexto adverso.

E, no entanto, não é despiendo afirmar que a nossa profissão tem atravessado tempos que nos interpelam e desafiam. Sei que nas escolas se vivem momentos de desânimo, de descrença, propícios ao surgimento de posições de cariz individualista como forma de fuga à situação pantanosa em que se encontra mergulhada a nossa profissão.

Mais do que procurar culpados, é necessário perceber o caminho que percorremos até chegarmos aqui.

O ano lectivo passado foi o que muitos designaram por “ano dos professores”. Nesses dias, em que sentimos que o mundo era nosso, as ruas transbordaram do nosso entusiasmo e da convicção que era possível ultrapassar diferenças para afirmar o sentido mais profundo da nossa força como profissão.

Sei, também, que, apesar de o entendimento – legitimado por uma alargada auscultação aos professores – representar um momento em que obrigámos o Governo a negociar aspectos considerados inegociáveis, o que foi alcançado, sendo importante, soube a pouco, face a tão grande demonstração da nossa força.

Mas a vida aí está, para demonstrar que quase nunca nada está inteiramente vencido ou perdido. Como dizem muitos, derrotado está, à partida, quem desiste de lutar. Essa é uma lição que aprendemos todos os dias, na profissão, nas escolas, na nossa vida. Por isso, é preciso vencer o cansaço que se apodera de nós quando não vislumbramos saída perante um cenário que se nos apresenta absolutamente fechado e destinado a oprimir-nos para sempre.

A hora é de reagrupar forças e de dar sentido integral à palavra solidariedade. Esta é uma lição de vida que aprendo todos os dias. De como a solidariedade dos meus companheiros de sindicato, dirigentes e funcionários, me tem ajudado a continuar a lutar contra a adversidade e pela construção quotidiana de uma vida melhor. ▶

Adriano Teixeira de Sousa,
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 21.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n°** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Sim, eles contam!

No dia 5 de Outubro comemora-se o Dia Mundial do Professor. Este ano, com a consigna “Os professores contam!” Desta forma, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Internacional de Educação – que representa mais de 60 milhões de profissionais de educação em todo o Mundo – pretendem chamar a atenção para a importância social da profissão docente e para a necessidade da sua dignificação, como condição essencial para a valorização da escola e da educação.

Esta é uma mensagem que importa relevar, particularmente no caso dos professores portugueses, que ao longo dos últimos três anos têm sido, de entre todos os parceiros educativos, aqueles com quem menos se conta e os que menos interessa ter em conta.

Manuela Mendonça,
coordenadora do SPN

Sintomaticamente, no meio da euforia propagandística que marcou o início do ano lectivo, os esquecidos foram, mais uma vez, os professores.

Nenhum governante parece estar preocupado com o facto de os professores terem hoje horários sobrecarregados que lhes retiram o tempo necessário à preparação e acompanhamento da actividade lectiva – trabalho que só pode ser feito com grave prejuízo da sua vida pessoal e familiar.

Nenhum governante parece estar preocupado com a instabilidade e a conflitualidade que a divisão artificial dos professores em categorias e a implementação de um modelo de avaliação de desempenho mal concebido e pedagogicamente inútil estão a causar nas escolas.

Nenhum governante parece estar preocupado com os sucessivos alertas dos professores relativamente ao cariz antidemocrático do novo regime de autonomia e gestão, com a restrição de espaços de participação democrática nas escolas e com a limitação das poucas margens de autonomia de que estas dispunham.

Nenhum governante parece estar preocupado com as razões que levam os professores a quererem aposentar-se o mais cedo possível.

Nenhum governante parece estar preocupado com as consequências que a desvalorização material da carreira docente – apenas um em cada três professores vai ter direito a uma carreira completa – trará ao futuro da Escola Pública, afastando da profissão os melhores quadros.

Nenhum governante parece estar preocupado com a existência de largos milhares de professores no desemprego ou com contratos precários, quando muitos dos graves problemas com que a escola se debate tardam a ser eficazmente respondidos.

Enfim, a nenhum governante parece interessar que 100.000 professores tenham saído à rua no dia 8 de Março para afirmar publicamente que *assim não se pode ser professor!*

Como se o agravamento das condições de exercício da profissão docente não tivesse, inevitavelmente, consequências negativas ao nível do trabalho com os alunos. Ou como se uma escola em que a burocracia se sobrepõe à pedagogia pudesse ser melhor escola...



Como lembrou António Nóvoa, na intervenção de abertura do 9º Congresso Nacional dos Professores, “quem escolheu ser professor, escolheu a mais impossível, mas também a mais necessária de todas as profissões. E sabe que não vale a pena acreditar que podemos tudo, que podemos tudo transformar. Não podemos. Mas podemos alguma coisa. E esta alguma coisa é, muitas vezes, a coisa decisiva na vida das nossas crianças e dos nossos jovens”.

É por isso que, apesar de o contexto profissional com que estamos confrontados parecer deixar pouco espaço para a esperança de uma mudança positiva, aos professores não resta outra alternativa que não seja, em unidade, agir para encontrar os caminhos necessários para que essa mudança se concretize. No início deste ano lectivo, cabe-nos reafirmar a nossa determinação em continuar a exigir condições de trabalho condignas e um estatuto compatível com a importância social da função que desempenhamos. E que não o fazemos por alegados interesses corporativos – fazemo-lo porque ainda não desistimos de lutar por uma escola mais democrática e autónoma, por uma educação com mais qualidade, por um país mais desenvolvido.

Porque somos professores, temos esse direito. Porque somos professores, temos esse dever. ▶





ANA ALVIM



O problema maior do modelo de avaliação do Ministério da Educação é que não contribui para que as escolas funcionem melhor e com mais estabilidade, para que os professores melhorem o seu desempenho ou para que os alunos melhorem as suas aprendizagens. Uma alternativa que aposte verdadeiramente na melhoria das práticas docentes e das aprendizagens e na promoção de um efectivo sucesso é incompatível com categorias hierarquizadas, com uma gestão escolar cada vez menos democrática ou com horários carregados de tarefas burocráticas. A Fenprof quer construir essa alternativa com os educadores e professores.

Avaliação do desempenho alternativa precisa-se!

Em anteriores números, já várias vezes o modelo de avaliação do desempenho promovido pelo Ministério da Educação (ME) foi objecto de análise nesta revista, sempre para ser alvo de severas críticas por parte do Sindicato dos Professores do Norte (SPN).

De facto, por um lado, é impossível não concordar em absoluto com boa parte dos objectivos estabelecidos para a avaliação do desempenho, de acordo com o vertido no Estatuto da Carreira Docente (ECD):

- contribuir para a melhoria dos resultados escolares dos alunos e da qualidade das aprendizagens;
- contribuir para a melhoria da prática pedagógica do docente;
- contribuir para a valorização e aperfeiçoamento individual do docente;
- permitir a inventariação das necessidades de formação do pessoal docente;
- detectar os factores que influenciam o rendimento profissional do pessoal docente;
- promover o trabalho de cooperação entre os docentes, tendo em vista a melhoria dos resultados escolares;
- promover a excelência e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

E mesmo alguns objectivos facilmente identificáveis como menos consensuais também não serão, decerto, o centro do problema deste modelo. Para que não restem dúvidas, ainda transcrevendo do ECD, não constam da lista anterior os seguintes:

- proporcionar orientações para o desenvolvimento pessoal e profissional no quadro de um sistema de reconhecimento do mérito e da excelência;
- diferenciar e premiar os melhores profissionais;
- facultar indicadores de gestão em matéria de pessoal docente.

Mas, realmente, não é aqui que reside o problema central. O problema maior deste modelo de avaliação é que, na realidade e apesar daqueles objectivos, não contribui para que as escolas funcionem melhor e com mais estabilidade, para que os professores melhorem o seu desempenho ou para que os alunos melhorem as suas aprendizagens!

Para que tais objectivos pudessem ser atingidos, o modelo do ME teria que ser animado por uma perspectiva formativa, de melhoria das prestações dos docentes, e não, basicamente, como forma de os seriar e de gerir a sua progressão de forma economicista, por excessivamente burocratizado e punitivo, baseando-se numa perspectiva hierarquizada de escola, com os avaliadores num patamar superior ao dos avaliados – desde logo negando a afirmação do ME de que se trata de uma avaliação inter-pares. A realidade não é esta: os coordenadores (e mais alguns titulares) avaliam os professores; os inspectores avaliam os coordenadores; o director avalia todos os docentes da escola ou do agrupamento... +

Muito disparate por esse país fora

Mas se o modelo de avaliação em vigor é, desde logo, profundamente complexo, burocratizado e – o tempo se encarregará de o mostrar – impraticável, não deverão ser as decisões das escolas a contribuir para o tornar ainda mais penalizador. O seu carácter marcadamente negativo já põe em risco o próprio direito à progressão na carreira, mas a eventual aprovação, pelos órgãos das escolas, de grelhas e fichas que agravem os procedimentos avaliativos traduzir-se-á num habitualmente designado “tiro no pé”, voltando-se contra a própria classe. Situação de que, infelizmente, vão chegando ao conhecimento do SPN alguns exemplos.

O modelo, que foi imposto pelo ME e que traduz a aplicação, porventura em versão piorada, do SIADAP [Sistema Integrado de Avaliação da Administração Pública] em vigor, não tem condições para ser aplicado, seja pelos avaliados, seja pelos avaliadores (também eles avaliados), algo que nem a apressada formação que uns e outros tiveram conseguirá escamotear.

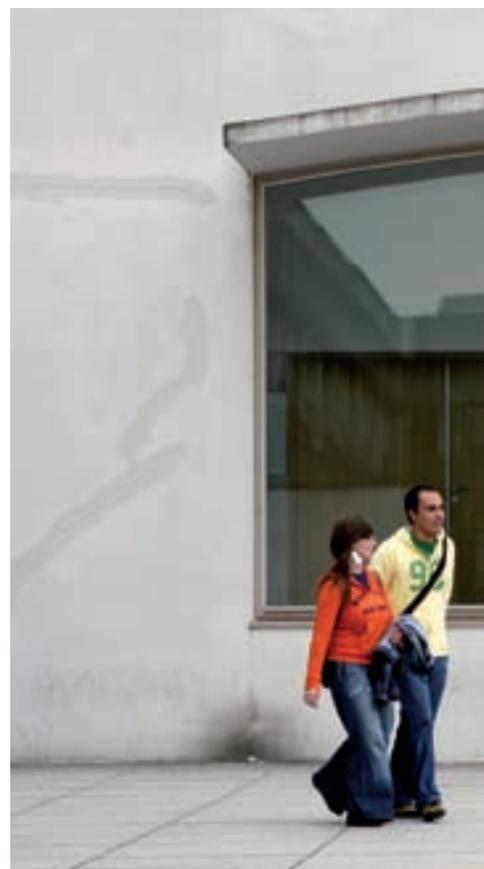
No que respeita à definição dos objectivos individuais, chegam-nos informações de que, em muitas escolas e agrupamentos, os conselhos executivos estavam a exigir que o processo estivesse terminado a 30 de Setembro, tendo-se mesmo confirmado a informação de que numa delas o órgão de gestão chegou, inicialmente, a exigir a sua apresentação pelos docentes em reunião de departamento realizada antes do primeiro dia de aulas, situação a que o corpo docente generalizadamente se opôs, mas que mostra a que ponto pode chegar o (des)conhecimento da legislação, por um lado, e a vontade que certas pessoas têm, quando de posse de um ainda que pequeno poder, de mostrar que podem ir mais além do que o próprio ministério na arte de perseguir o seu suposto semelhante docente.

As decisões quanto a observação de aulas estão também a ser de uma enorme variedade, desde escolas em que tal incidirá sobre o mínimo legal estabelecido de 3 (sempre em períodos de apenas 45 minutos) a outras em que esse número dobra, ou em que nem há conhecimento prévio, por parte dos avaliados, de quando serão realizadas essas assistências, estando, nestes e noutros casos, a ser exigida aos docentes a entrega prévia de planificações escritas de todas as aulas a realizar, seja para permitir a assistência/avaliação de surpresa, seja com a peregrina e ilegal desculpa de que só assim se poderá garantir a existência de planos de aula a fornecer a outros docentes em caso de ausência imprevista.

Há que cumprir a lei!

Ao mesmo tempo que a preparação da avaliação a ter lugar no final de 2008/2009 já consome, em tantos casos, mais tempo e energias do que a preparação das actividades com os alunos, ainda não se esgotaram (longe disso...) os ecos dos problemas registados na avaliação relativa a 2007/2008, de que apenas foram alvo os docentes contratados e umas poucas centenas de docentes dos quadros. Neste aspecto, continuam os problemas, com escolas – por vezes os conselhos executivos, ou mesmo apenas os seus presidentes... – a decidirem unilateralmente não atribuir “Excelente” ou “Muito Bom” a ninguém, e outras, pelo contrário, a avaliarem toda a gente como “Excelente”, umas e outras ignorando completamente o Despacho nº 20131/2008, que fixa as percentagens máximas para a atribuição daquelas classificações mais elevadas.

Escusado será lembrar a frontal crítica do SPN e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) a estas quotas. No entanto, elas estão na Lei e as escolas não podem, evidentemente, deixar de respeitar os limites legais estabelecidos. Se isto foi e é assim com “meia dúzia” de avaliações, nem queremos pensar no que espera a classe docente quando todos os cerca de 140.000 educadores/professores forem avaliados no final deste ano lectivo...



ANA ALVIM

Mas se cumprir a Lei implica, da parte dos órgãos das escolas, não exorbitar competências e não ir mais longe do que o que está estabelecido, também a simplificação exagerada que, por antítese, algumas escolas se podem sentir tentadas a seguir cai, muitas vezes, na ilegalidade. A que acresce uma outra consequência ainda mais gravosa – de que, à custa de uma exagerada, até ilegal, simplificação, possa passar a falsa ideia que o modelo imposto pelo ME é passível de ser aplicado.

Há, pois, que conhecer bem a legislação em vigor, não só para que se confirme a sua natureza negativa e a necessidade de a alterar, como para, nos procedimentos a desenvolver nas escolas, não se ir mais longe nem ficar aquém do que a Lei prevê.

Relembrem-se, nesta perspectiva, os quadros legais a considerar:

- Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro: Estatuto da Carreira Docente;
- Decreto Regulamentar nº 2/2008, de 10 de Janeiro: regulamentação do processo de avaliação do desempenho;
- Despacho nº 7.465/2008, de 13 de Março: regulamentação da delegação de competências de avaliador;
- Despacho nº 13.459/2008, de 14 de Maio: criação de Comissão Paritária para acompanhamento do processo de avaliação (com inclusão de representantes dos sindicatos, na sequência do Memorando de Entendimento com o ME);
- Decreto Regulamentar nº 11/2008, de 23 de Maio: regime transitório de avaliação do desempenho para 2007/2008 e 2008/2009 (igualmente consequência do memorando);
- Despacho nº 19.117/2008, de 17 de Julho: alterações quanto ao exercício de funções de avaliador;
- Despacho nº 16.872/2008, de 23 de Junho: fichas de auto-avaliação e avaliação e ponderações dos parâmetros classificativos;
- Despacho nº 20.131/2008, de 30 de Julho: fixação de percentagens máximas (quotas) para as classificações mais elevadas.



ANA ALVIM

Fenprof constrói alternativa

Tendo em conta que, ainda na sequência do Memorando de Entendimento, o ME se comprometeu a rever o regime de avaliação do desempenho, a Fenprof assumiu um outro compromisso, perante os sócios dos seus sindicatos-membros e perante todos os docentes portugueses – construir com eles uma proposta alternativa ao regime vigente, começando por apresentar publicamente, já no dia 8 de Outubro, a sua versão inicial, a fim de começar a recolher o máximo possível de contributos, até se chegar a uma proposta em que a generalidade dos docentes se possa rever, para posteriormente a apresentar ao ME para negociação.

No entender do SPN e da Federação, esta proposta não poderá deixar de ter repercussões em áreas como a estrutura da carreira docente e a gestão escolar, bem como na organização do trabalho nas escolas e dos próprios horários docentes.

De facto, apesar de toda a importância que reside na avaliação do desempenho docente, uma alternativa que verdadeiramente aposte na melhoria da prática docente e das aprendizagens dos alunos, na promoção de verdadeiro sucesso e de uma melhor Escola Pública não pode ser compatível com categorias hierarquizadas, com uma gestão escolar cada vez menos democrática e participada ou com horários carregados de tarefas burocráticas e com o plano pedagógico a perder importância.

Na Escola Pública, a mudança é necessária e urgente. Mas, acima de tudo, temos de acreditar que ela é possível! ▶

José Manuel Costa,
Direcção do SPN

Administração e gestão das escolas parecer aponta ilegalidades

Independentemente do balanço final que vier a ser feito, o SPN reafirma a sua oposição a um regime que recentraliza poderes, impõe a todas as escolas um director, acaba com vários processos eleitorais e restringe os espaços de participação democrática dos docentes na direcção e gestão das escolas.

Esgotado o prazo para ser desencadeado nas escolas o processo tendente à constituição dos conselhos gerais transitórios (CGT), o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) continua a considerar, tal como a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que a recusa colectiva de apresentar listas teria constituído uma oportunidade de os docentes se demarcarem do novo regime de autonomia, administração e gestão e de inviabilizar a sua entrada em vigor. No entanto, o contexto das escolas ditou, em grande número delas, uma posição diferente, ainda que, em muitos casos, o processo tenha sido pouco participado.

Cientes de que as alterações consagradas neste regime terão consequências muito negativas nas relações de trabalho e no próprio clima de escola, o SPN e a Fenprof continuarão a acompanhar criticamente a implementação do modelo, nomeadamente no que diz respeito à criação e ao funcionamento dos CGT, na perspectiva da defesa dos seus princípios de sempre na área da gestão das escolas: democraticidade na organização escolar, traduzida em condições de elegibilidade, colegialidade e participação; separação (e complementaridade) entre direcção e gestão; prevalência de critérios pedagógicos sobre critérios administrativos ou quaisquer outros.

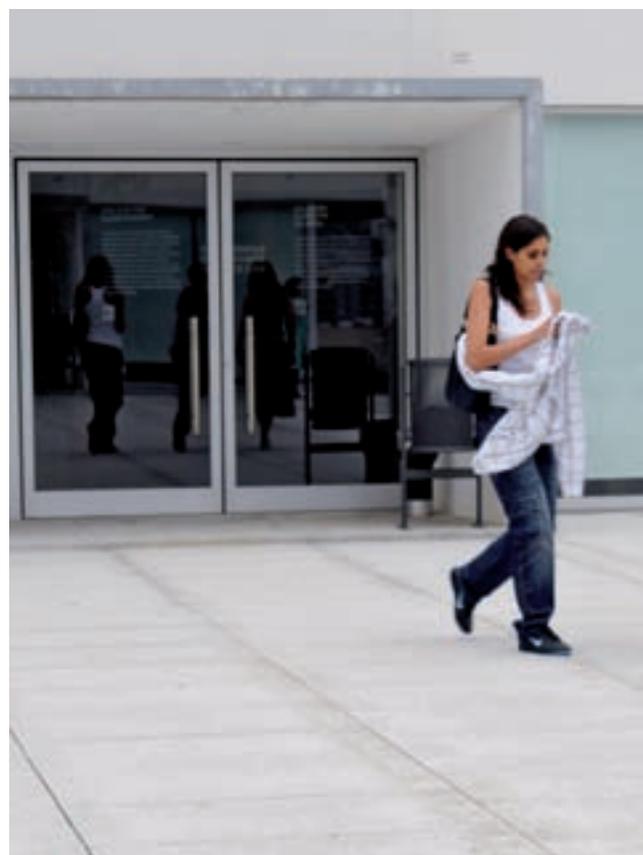
Via jurídica não esgota contestação

Entretanto, no âmbito da contestação ao novo regime, a Fenprof solicitou um parecer sobre o Decreto-Lei nº 75/2008 (22 de Abril) ao ex-conselheiro do Tribunal Constitucional Guilherme da Fonseca, o qual aponta ilegalidades essencialmente relacionadas com o processo de recrutamento do director.

Assim, a Federação recorrerá às entidades que podem requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva do diploma, para obter uma declaração de ilegalidade com força obrigatória geral dessas normas, por violação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Esta via jurídica não esgota, antes complementa, outras iniciativas a desenvolver pela Fenprof no quadro da contestação a este regime, como a apreciação parlamentar do diploma que, na sequência da petição subscrita por milhares de professores, terá ainda lugar na Assembleia da República.

O SPN e a Fenprof apelam, assim, a todos os educadores/professores para que continuem a opor-se a este regime de autonomia e gestão, intervindo activamente na afirmação dos seus direitos, denunciando e agindo colectivamente contra atitudes de autoritarismo e prepotência e participando em todas as iniciativas definidas com vista à defesa dos princípios que dão corpo a uma Escola mais democrática e mais autónoma. ▶



ANA ALVIM

São tantas e tão graves as medidas do Governo para degradar as condições de trabalho dos professores que se torna difícil escolher a pior. Tendo em conta o desprezo que revela pela dimensão reflexiva e criativa da actividade docente, a mais odiosa é talvez o aumento brutal do horário de trabalho, que ultrapassa largamente as 35 horas definidas na Lei.

Sem tempo pra respirar...

Todos sabemos que as aulas implicam grande dispêndio de energia: mental, afectiva, física. O trabalho docente começa antes e prolonga-se para lá de cada aula. Daí que um professor precise de um horário semanal que lhe permita investigar, planificar, produzir materiais de ensino, avaliar, repensar e redefinir o seu trabalho. Nada disto parece impressionar Maria de Lurdes e os seus dois *muchachos*. Pelo contrário, em nome da pseudo-ocupação plena dos alunos e do chamado aproveitamento racional dos recursos humanos, querem transformar a Escola num armazém de criancinhas e os professores em máquinas para todo o serviço, que saibam de tudo um pouco e muito de coisa nenhuma, numa estratégia clara para diminuir ainda mais o seu reconhecimento social.

A sobrecarga e a desregulamentação do horário de trabalho são consequências naturais deste processo de desqualificação profissional e, simultaneamente, factor do seu aprofundamento. Com efeito, passou a ser trivial o trabalho descontínuo, sem limite de furos, de turmas, de programas, muitas vezes repartido pelas três partes do dia, com reuniões a *torto e a direito* e a propósito de tudo e de nada – 71% das funções prescritas no artigo 35º do Estatuto da Carreira Docente (ECD) implicam a realização de reuniões. Ao que acrescem fins-de-semana inteiramente ocupados na preparação de aulas, correcção de testes e satisfação de minudências burocráticas.

Nesta como noutras matérias, depois da grandiosa Marcha da Indignação, o *trio de ataque* da 5 de Outubro sentiu-se obrigado a refrear o instinto malfazejo, aceitando salvaguardar um tempo mínimo para o trabalho individual, que passou a ser de 8 horas para os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo e de 10 ou 11 horas – conforme tenham menos ou mais de 100 alunos – para os do restante Ensino Básico e do Secundário. Temendo, no entanto, que esse tempo pudesse ser em demasia, logo trataram de tirar com a mão direita o que deram com a esquerda, integrando nessas horas as reuniões de carácter ocasional. E como essas reuniões se tornaram quase tão frequentes como as de carácter regular, o tempo indispensável para o trabalho individual fica substancialmente diminuído, obrigando os professores a trabalho extraordinário e gracioso.

Resistência e vigilância

Salvo honrosas excepções, o zelo revelado pelos conselhos executivos (CE) em cumprir por excesso as orientações ministeriais e a passividade e subserviência dos conselhos pedagógicos têm contribuído para a elaboração de horários segundo a bitola mais pesada da legislação, cumprindo escrupulosamente o mínimo de horas para o trabalho individual e atribuindo à componente não lectiva de estabelecimento 2 ou 3 horas – apesar de, pelo Despacho 19.117/2008, apenas serem obrigados a atribuir 1 hora.

O mesmo despacho estipula que, para actividades de substituição, a nenhum docente com horário lectivo completo devem ser atribuídas mais de 50% das horas da componente não lectiva de estabelecimento. Contudo, verificamos – com profunda tristeza, mas já sem espanto – que nem esta orientação é respeitada por alguns executivos. Por isso, é fundamental manter não só a resistência em relação ao Ministério, mas também uma atitude de vigilância em relação aos CE, verificando se cada horário consagra, pelo menos, os magros direitos pela força conseguidos.

O quadro apresentado [pág. 22] procura sistematizar a organização dos horários. No respeito pela Lei, em nenhuma circunstância, o horário de trabalho poderá ter registados mais de 27 tempos (45') – na melhor das hipóteses terá 24, no caso dos professores que tenham 6 ou 8 horas de redução ao abrigo do artigo 79º do ECD. Sempre que se verifique algum abuso, devem os professores utilizar a minuta de reclamação disponível no site do Sindicato dos Professores do Norte (www.spn.pt). ▀

J. A. Faria Pinto,
Área Sindical do Porto



CARLOS AMORIM



O primeiro dia de desemprego

Assinalando o dia 1 de Setembro, os sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) promoveram a distribuição pública de um folheto de sensibilização para o problema do desemprego docente. O Ministério da Educação afirma que não é uma agência de emprego – mas também não pode ser uma agência de desemprego.

Para milhares de educadores/professores, o primeiro dia de Setembro marcou o início do drama do desemprego – mais de 40 mil acorreram aos centros de emprego para entregar os comprovativos da situação de desemprego e assim poderem receber o respectivo subsídio. É o drama de quem não obteve colocação, muitos deles independentemente de já terem muitos anos de serviço.

E o que faz o ME perante a situação? Limita-se a afirmar que já tem todos os docentes necessários ao funcionamento do sistema, que não tem que dar emprego a todos os educadores/professores que existem e que o drama do desemprego é mais uma invenção dos sindicatos – o problema é que efectivamente não é, e os docentes sabem isso, sejam ou não desempregados, contratados, dos quadros de zona pedagógica ou de escola, titulares ou não.

Na perspectiva do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Fenprof existem alternativas à actual (des)organização do sistema educativo. Alternativas que contribuiriam para uma melhoria do trabalho a desenvolver nas escolas e que teriam reflexos na redução do número de desempregados, uma vez que implicariam a redução do número de alunos por sala e, logo, o rácio professor/aluno, proporcionando às escolas a dotação dos recursos humanos de que verdadeiramente necessitam para o desenvolvimento de projectos ou para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, entre outros.

O SPN e a Fenprof manter-se-ão empenhados na defesa dos docentes desempregados e contratados, continuando a lutar contra o flagelo do desemprego e da precariedade na profissão, promovendo iniciativas que denunciem a situação e envolvendo os docentes nesta luta e na defesa dos seus direitos. ▶

Júlia Vale,
Direcção do SPN

Os aposentados e a ADSE

Em Abril, o ministro das Finanças afirmou, no Parlamento, que os descontos para a ADSE feitos nos subsídios de férias e de Natal aos funcionários aposentados pela Caixa Geral de Aposentações eram ilegais e que iriam ser devolvidos.

A afirmação foi proferida porque a questão foi levantada por deputados do PS, o partido do Governo, mas Teixeira dos Santos esqueceu-se de dizer quando seria feita a devolução...

E então o que aconteceu? Em vez de receberem a devolução das verbas respectivas, os aposentados lesados viram, isso sim, as suas pensões serem novamente diminuídas com o mesmo desconto no subsídio de férias de 2008!

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) escreveu imediatamente ao ministro, exigindo-lhe o cumprimento da palavra, e o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) solicitou, uma vez mais, o empenhamento do Provedor de Justiça.

Os educadores/professores aposentados apresentaram reclamações ao Ministério das Finanças, que tem 30 dias para responder. Passado este prazo, os sócios que quiserem dar seguimento ao processo devem contactar o SPN para continuação da tramitação legal através do contencioso.

Pensávamos que o Governo era uma entidade de bem, mas os factos não o confirmam. Por isso, a luta continua – vamos provar que temos força e que somos capazes de lutar pelos nossos direitos. ▶

Numa primeira leitura, um prémio pecuniário e um diploma, certificando que determinados alunos que concluíram o Ensino Secundário foram os melhores dos respectivos cursos em cada escola, podem ser considerados uma medida instrumentalmente desnecessária. Nem os alunos que podem obter o referido prémio necessitam dele para se sentirem apreciados e reconhecidos pelo seu desempenho escolar, nem os outros – aqueles que não demonstram ter condições, disponibilidade ou interesse para atingir patamares de sucesso tão elevados – passam a dispor de condições, a assumir outra disponibilidade ou a manifestar interesse pela Escola só porque vêem os colegas receber um tal prémio. Num segundo momento, pode afirmar-se que é uma medida pedagogicamente conservadora, quando propõe uma concepção demasiado restrita de mérito, mais como instrumento de legitimação de um processo de selecção académica do que como instrumento de reconhecimento das qualidades e potencialidades do trabalho realizado por todos e por

Mérito escolar como objecto de reflexão

cada um. Uma concepção que, por isso, conduz a uma situação aparentemente paradoxal, já que a exaltação do mérito de uns obriga, necessariamente, à desvalorização do mérito de outros.

É também uma medida leviana, do ponto de vista formativo, pela mensagem que transmite, quando o sucesso obtido de forma clara e inequívoca por alguns alunos não é entendido como recompensa adequada ou instrumento de reconhecimento suficiente do investimento e do esforço por eles produzidos.

É, finalmente, uma medida que obriga a reflectir se um projecto de educação escolar próprio de uma sociedade que se afirma democrática pode conceber o acto educativo como um acto apenas interessado em promover a afirmação individual dos sujeitos – o que, afinal, justifica a crença de que é a competição entre os alunos que garante a qualidade do trabalho que executam.

Para além do equívoco político que tal concepção encerra, para além de uma tal crença ser desmentida pela experiência concreta vivida nas escolas, importa chamar a atenção para o impacto da organização cooperativa do trabalho na sala de aula como factor capaz de beneficiar as aprendizagens de todos os alunos. É que se as aprendizagens são acontecimentos pessoais, também é certo que o facto de ninguém aprender sozinho obriga a reconhecer que a competitividade nos contextos escolares pode, ao contrário do que se crê e anuncia, constituir um factor inibidor da criação de algumas condições pedagógicas básicas necessárias para sustentar o acto de aprender.

O demérito do mérito

A Escola de que necessitamos terá que ser um contexto de formação integral que nos ajude a salvaguardar de todos os engenheiros cuja competência e qualificação não os impediu de engendramos soluções tão inteligentes e brutais como as que os fornos crematórios de Auschwitz e Buchenwald possibilitaram. Numa sociedade democrática, as escolas terão que ser entendidas como contextos de interlocução e de produção cultural, propósito que impede a adopção de todas as soluções que as conduzam a ser, apenas, espaço de reprodução das desigualdades, que – não tendo a sua génese no interior das escolas – poderão ver-se agravadas por decisões que afectam o que acontece nesses contextos.

O reconhecimento do mérito, tal como este Governo o propõe, é uma dessas decisões. Até porque aquilo de que hoje necessitamos é que, em vez de premiar os mais capazes, nos preocupemos em permitir que cada um dos alunos se torne cada vez mais capaz. Ainda que não se possa ignorar que este é um objectivo que diz respeito às escolas, em primeiro lugar, há que afirmar, também, que é um desafio do qual os governos não se poderão alhear. Daí que o dinheiro que hoje se disponibiliza para premiar o mérito de alguns pudesse ser investido, para o bem de todos, em medidas mais úteis e, sobretudo, mais adequadas aos propósitos e valores que norteiam o sistema educativo português. ▶

Rui Trindade,
Área Sindical do Porto
(Fac. Psicologia e Ciências da Educação da UP)

Por onde anda a **formação contínua**?

Poderia ser o título de um novo livro, mas não é. É-o da nova “novela” assinada pelo Ministério da Educação. Para o ME, o passado não existiu e a história só agora começa a ser escrita.

Os 12 anos de história da formação e desenvolvimento profissional de docentes, as suas estruturas – centros de formação de associação de escolas (CFAE) –, os dispositivos formativos e a evolução desta modalidade de formação, em nada interessaram os decisores políticos da 5 de Outubro.

A formação contínua de docentes é, para a equipa do ME, um mero dispositivo ligado à avaliação do desempenho docente e, por consequência, à possibilidade de (não) progressão na carreira. Como tal, há uma desvalorização desta modalidade de formação, tornando-a instrumental e não como condição indispensável para a melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes e para a inovação pedagógica.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 15/2007 [Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário], o ME passa a considerar a formação contínua a que incide sobre conteúdos de natureza científico-didáctica com estreita ligação à matéria curricular que o docente lecciona.

Paralelamente a esta permanente desvalorização da formação contínua, está a “avaliação” muito negativa dos dispositivos formativos desenvolvidos pelos CFAE. Tão negativa que, em vez de construir um dispositivo legal apostado no princípio da proximidade geográfica dos CFAE às escolas/agrupamentos, apostou num referencial administrativo (o número de docentes, entre 1000 e 2000), com um único e claro propósito – a diminuição do número de centros de formação numa continuada poupança de fundos. Mas a “novela” do ME não se fica por aqui. Tem um enredo muito próprio, labiríntico, e há a introdução de novos personagens. Os “novos” directores dos “novos” CFAE têm uma “nova” suposta autonomia. Assim, as escolas/agrupamentos terão de construir os seus planos de formação. Os CFAE, depois de estudarem as propostas das escolas associadas, deverão construir e enviar o seu Plano de Acção ao Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), para acreditação, podendo posteriormente submetê-lo a financiamento. Se o conseguirem, a “novela” tem um final feliz; se não, o director do CFAE terá de contratualizar pelo menos dois terços do plano com instituições de Ensino Superior, que, por sua vez, o submeterão novamente a acreditação e subsequente financiamento.



ANA ALVIM



Estamos já no início do segundo ano do primeiro ciclo da avaliação do desempenho imposta pelo ME e, por incompetência deste, desde Dezembro/2007 não foi realizada pelos CFAE qualquer formação financiada, razão pela qual os docentes têm estado impedidos de cumprir uma obrigação inerente à sua avaliação do desempenho. Neste sentido, e porque os docentes não poderão ser penalizados por tal incumprimento, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) exigirá que essa obrigatoriedade não se aplique ao ano lectivo 2007/2008 – e seguintes, caso a situação não seja alterada.

Os CFAE, bem como as associações de professores, também ainda não tiveram qualquer resposta sobre o financiamento dos respectivos planos para 2008, desconhecendo como se irão processar os pedidos de financiamento para os planos de acção preconizados na actual legislação.

Os centros de formação do SPN e do Instituto Irene Lisboa/Norte ainda não operacionalizaram os respectivos planos de formação, aguardando resposta do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). Assim, pergunta-se: formação contínua, por onde andas? ▸

Vítor Gomes,
Direcção do SPN



ANA ALVIM

Mal-estar, sofrimento, crise... As mais recentes investigações sobre os professores têm sublinhado esta face problemática de uma identidade em plena mutação, de uma profissão que já não se reduz à mera transmissão de conteúdos programáticos.

Professor: a mais bela profissão do mundo?

Manifestações, greves, gritos de alarme recorrentes na Comunicação Social, publicação exponencial de testemunhos e panfletos em cada início de ano escolar... Para os investigadores, estas mobilizações dos professores são sintoma de uma crise na profissão.

Em França, o Ministério da Educação – cujo Serviço de Avaliação tem por hábito “tomar o pulso” dos diferentes actores do sistema educativo – realiza regularmente inquéritos aos professores, interrogando-os sobre a percepção que têm da profissão. Um deles, recente à data da publicação deste artigo (Outubro/2003), confirmava uma constante secular nas declarações dos jovens professores, tanto do ensino Básico como do Secundário: a sua motivação principal é o “amor pela disciplina”, seguido do “contacto com os jovens”, que, para 50% dos inquiridos, abrange o “prazer de transmitir conhecimentos”. Segue-se um elemento também constantemente sublinhado – a autonomia e liberdade pedagógica e a ausência de relações hierárquicas fortes, o que lhes permite uma organização mais ou menos personalizada dos conteúdos das aulas e do tempo de trabalho fora da sala de aula.

Passando ao outro lado do quadro... Negro, evidentemente. Além das condições de trabalho, muitas vezes evocadas, a “adaptação ao nível dos alunos” surge como o maior problema, ainda que esta percepção seja diferente conforme a antiguidade na profissão. Enquanto os mais jovens descobrem, com transtorno, uma “diferença enorme entre as expectativas dos alunos e o previsto nos programas”, os mais velhos confessam um certo desânimo face a alunos “passivos, desmotivados, indisciplinados”.

Num relatório encomendado pelo então ministro da Educação, Jack Lang, mas publicado em 2003, Jean-Pierre Obin, autor de inúmeros trabalhos sobre a escola, propõe um estudo mais detalhado desta questão. Sob o título optimista «*Enseigner, un métier pour demain*», o autor – inspector-geral da Educação – consagra cerca de metade do seu relatório à análise de uma “profissão em crise”. +



ANA ALVIM

Entre a paixão e a desilusão

Antes de analisar a situação do ensino, o autor salienta a recorrência dos termos “crise” e “mal-estar dos professores”, já presentes nos relatórios oficiais da Comissão Joxe (1972) e da Comissão Ribot (1899)!

“Esta permanência – explica – é tão mais problemática quanto a situação da escola e dos professores sofreu, entretanto, uma profunda evolução”. E questiona-se: não terá o actual mal-estar dos professores origem numa representação imaginária da profissão, num mito da Idade de Ouro – que, como se sabe, nunca existiu, infelizmente – e segundo o qual ensinar consistiria numa espécie de jubilação comum, de partilhar conhecimentos com alunos sequiosos de saber, contemplativos, gratos e desejosos de se elevar ao nível do mestre?

No entanto, a avaliar pelas declarações de professores experientes (15 a 20 anos de carreira), analisadas no relatório Obin, as causas do descontentamento dos professores surgem, nitidamente, como reflexo das profundas transformações sociais e escolares ocorridas desde finais dos anos 60.

Começando pelos alunos. Como já havia sido demonstrado pelo historiador da educação, Antoine Prost, a autoridade repressiva deu lugar, no seio familiar, a uma educação que valoriza a expressão e o desenvolvimento da criança. Mesmo sem referir as dos estabelecimentos difíceis, ninguém ignora que as “adoráveis criancinhas” mudaram muito desde há 30 anos. “Mais audaciosos e menos trabalhadores, já não aceitam inquestionavelmente regras e códigos escolares, a sua motivação parece ser mais fraca, trabalham dificilmente em casa, revelam falta de atenção nas aulas e incapacidade em fixar-se numa actividade”. Resultado – degradação do clima na sala de aula, ao que se junta um sentimento difuso, por parte dos professores, de que o nível baixa, engendrando uma heterogeneidade de difícil gestão.

Segundo ponto: os professores sofrem também de um sentimento de degradação da sua imagem junto da sociedade. Para eles, o respeito e a consideração social associados à profissão, e que foram durante muito tempo elementos constitutivos da sua identidade profissional, desapareceram. Os responsáveis, segundo os professores? Discursos negativos sobre a escola nos meios de comunicação social, atitudes de suspeição relativamente à instituição que, em última análise, veiculam “uma imagem deplorável de uma profissão que seria como um bloco de arcaísmo, hostil à modernidade e opondo-se ao avanço de uma sociedade em plena renovação”.

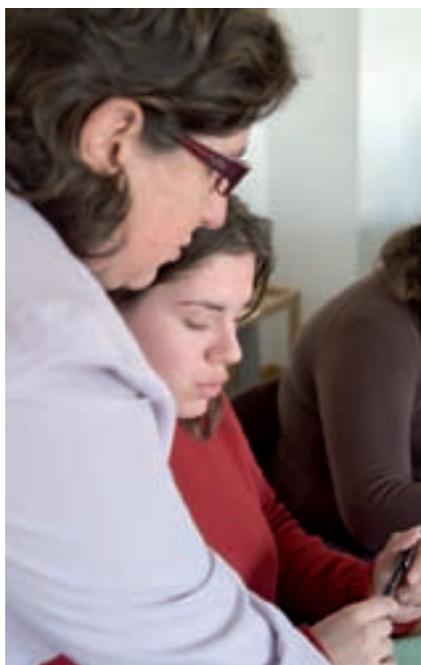
Há que salientar, também, que a relação com o saber sofreu grandes transformações a partir dos anos 60. Todos os trabalhos na área da História da Educação revelam, até então, uma grande estabilidade dos saberes transmitidos e, a partir daí, modificações sucessivas que conduziram a constantes mudanças de programas. Se considerarmos, ainda, a rapidez com que evoluem os conhecimentos (descobertas científicas e tecnológicas), que depressa se tornam obsoletos, o desenvolvimento dos meios de comunicação – “que retiram à escola o monopólio da transmissão legítima” – e mesmo o que o filósofo Marcel Gauchet apelidou de crescimento de um “individualismo democrático”, que privilegia uma relação subjectiva, e até mesmo instrumental, com o conhecimento, compreendemos melhor que a autoridade pedagógica, que assentava no respeito pelo detentor do saber, se tenha desvanecido. “Caídos do pedestal, os professores têm agora que lutar, dia após dia, pelo crédito e influência de que gozavam antes, naturalmente”.

Nostalgia de um mundo encantado

A terceira mudança, (mal) vivida pelos professores, deve-se às transformações do sistema educativo a partir da “massificação”. À tarefa de ensinar acrescentam-se, hoje, as tarefas administrativas, a orientação dos alunos, a gestão de conflitos, a necessidade de prestar ajudas individualizadas, a obrigatoriedade da prática de actividades pluridisciplinares (que muitos consideram “horas de aulas em detrimento dos programas”), bem como o trabalho de equipa. As opiniões dos professores dividem-se: se alguns consideram que, apesar de tudo, exercem a mais bela profissão do mundo e outros acham positivo o dinamismo que imprime “a diversificação das missões e das actividades” à profissão, estes não são senão uma minoria.

Segundo o investigador Vincent Lang, começa a desenhar-se uma nova “profissionalidade”, feita de novas competências, já definidas desde os anos 70, nos relatórios da OCDE, e encorajadas em todos os países ocidentais pelas políticas institucionais.

Em 2003, Obin conclui, no entanto, que a concepção que os professores têm da sua profissão é ainda centrada no “modelo académico”, que valoriza o método expositivo para a transmissão de “conhecimentos de alto nível”, mantendo-o como uma referência cujo valor simbólico se sobrepõe ao das pedagogias activas conducentes à autonomia dos alunos. Segundo o mesmo autor, esta concepção da profissão resultou até meados do século XX, enquanto o ensino era reservado a uma pequena elite, quando alunos e professores pertenciam ao mesmo meio social. A principal causa de sofrimento dos jovens professores adviria, portanto, agora, da decepção sentida ao “tomarem consciência da dissociação entre o seu imaginário profissional e a realidade da profissão, do hiato entre o seu nível cultural e o dos alunos”.



ANA ALVIM

Nova profissionalidade, nova identidade

Confrontados, há já algumas décadas, com a necessidade de assegurar um ensino de massas, de gerir diversidades sociais e individuais, com alunos de todas as origens e de todos os níveis escolares, motivados ou não para o estudo, é a sua identidade profissional que os professores vêm questionada.

A socióloga Agnès Van Zanten sublinha que se a adaptação à profissão pressupõe “o abandono progressivo das ilusões profissionais e dos projectos pedagógicos construídos com base na imagem de um aluno ideal”, esta adaptação pode aparentar-se a um verdadeiro trabalho de luto, nos contextos mais afastados do modelo de referência. Obrigados a “contextualizar as suas práticas pedagógicas e didácticas” para as ajustar a um público tão heterogéneo, os professores são obrigados a fazer cortes nos programas ou a minimizar as avaliações. Ora, quando se opta pela profissão “por amor a uma disciplina e pela transmissão do conhecimento”, estas práticas provocam um forte sentimento de culpabilidade.

Sufrimento e culpabilidade são, assim, elementos que não podem ser negligenciados quando se aborda a profissão docente. Para o psiquiatra Christophe Desjours, estes sentimentos surgem como resultado da distância existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Claudine Blanchart-Laville, para quem o sofrimento é provocado por “uma profissão de forte exposição relacional que, dia após dia, reconstrói a identidade de cada um”, explica que este sofrimento, sendo bem gerido, pode ser propiciador de mudanças e de evolução. Não podemos esquecer, diz esta psicanalista, que do outro lado do quadro negro se esconde uma dimensão de prazer – como se sabe, o contacto com os jovens é uma das principais motivações dos professores.

Sendo a relação com os alunos uma das suas grandes preocupações, os professores vivem num permanente e insolúvel dilema: “A moral, o sentimento de fazer bem ou fazer mal, a auto-avaliação permanente do sucesso profissional, o prazer e o sofrimento quotidianos, o essencial da vivência da profissão está ancorada nas relações quase quotidianas com os alunos” (relatório Obin).

Como explicam Maurice Tardif e Claude Lessard, investigadores canadianos, a docência é uma profissão em plena mutação, “que se procura e que oscila – na incerteza da sua essência, do seu papel, do seu valor – entre mudança e tradição”. ▸

Martine Fournier,
jornalista científica
(adaptação de Helena Miranda)

Nota do Editor: Este artigo foi publicado originalmente na revista francesa «Sciences Humaines» nº 142, Outubro/2003

5 out. Dia 2008
Mundial do
Professor





www.5oct.org

os professores contam!



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
Ciência e Cultura



A propósito da avaliação do desempenho...

Anos oitenta!

Resgato da memória os encontros mensais que fazíamos à roda da mesa grande... Arrancávamo-nos dos lugares geograficamente mais recônditos, quase inacessíveis, e partíamos para as reuniões de núcleo pedagógico concelhio, com a pressa de quem *quer começar a fazer caminho*, como se o tempo de espera, atrevidamente, nos fizesse afastar do essencial. Movia-nos o desejo de sermos, de existirmos.

Aprendemos a falar a palavra, a partilhar experiências, saberes, a falar o corpo, os afectos, os sonhos. Pesquisávamos. Procurávamos rigor, coerência, consistência, convocando outros actores da academia científica, na construção do saber e do conhecimento. Investimo-nos do estatuto de investigador colectivo na metodologia de investigação acção participativa, envolvendo as comunidades localmente contextualizadas. Avaliávamos e reformulávamos o trabalho em conjunto. Fomos autores/actores e coordenadores dos nossos projectos de formação, reflectindo as potencialidades, mas também as fragilidades, lado a lado, do mesmo lado, solidariamente.

Íamos caminhando, mas percebíamos-nos a caminhar nas margens...

Era o início da implementação dos Jardins-de-Infância da Rede Pública do ME e era também o começo da construção de uma profissionalidade docente que se percebia, por um lado, na instabilidade dos referentes da acção pedagógica, considerando a diversidade sociopedagógica, política e histórica das formações iniciais, e, por outro lado, na dificuldade do sistema educativo em atribuir existência a este campo de educação não formal, no contexto da Educação Básica.

Aprendemos a lidar e a gerir estes constrangimentos externos numa perspectiva crítica e fomos construindo e reconstruindo a nossa identidade profissional sustentada na reflexividade, na praxis, articulando nas distintas lógicas de acção, a integração, a estratégia e a subjectivação, numa atitude dialógica. Fomo-nos construindo na atribuição de sentido. Crescemos! Crescemos nas dimensões pessoal, profissional, social, ética e política. Instaurámos os pressupostos e princípios de uma Escola Cidadã, de uma Escola Reflexiva e Aprendiz, tão defendida no domínio conceptual e ético por Isabel Alarcão.

Fez-se caminho, conhecido e reconhecido pelos educadores de infância, pelos outros profissionais de educação, pela sociedade civil e, finalmente, pelo sistema educativo. A Educação de Infância, na sua natureza e legitimidade, passa a constituir-se como a 1ª etapa da Educação Básica.

A publicitação oficial do percurso desta construção identitária ainda não foi divulgada, e possivelmente nunca será, embora se tivesse constituído no objecto de algumas investigações académicas. Não se fez história!



Modelo do ME usurpa direitos

Em tempos de turbulência, a reflexão crítica deste percurso poderia ser o texto e pretexto para a inspiração de outros caminhos a caminhar e, fundamentalmente, para a refundação da esperança.

Hoje, continuamos a caminhar, mas angustiados, enquadrados em “novos” espaços-tempo de relações/comunicações, em “novas” reconfigurações identitárias, num “novo” estatuto socioprofissional e pedagógico, resultantes de outros “novos” enquadramentos legais (Estatuto da Carreira Docente; Diploma de Organização e Gestão das Escolas; Avaliação de Desempenho Docente) sustentados em novas visões e lógicas, normalizadoras das singularidades e instituintes de formas individualistas, competitivas e, conseqüentemente, mais solitárias e excludentes.

Todavia, como refere Paulo Freire, “Ninguém chega a parte alguma só, muito menos ao exílio. (...) Carregamos connosco a memória de muitos dramas, o corpo molhado da nossa história, da nossa cultura; a memória às vezes difusa, às vezes clara de ruas de infância, de adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido entre nós, em nós, um gesto tímido, a mão que se apertou, o sorriso que se perdeu num tempo de incompreensões...” [Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido].

É, efectivamente, nesta incompreensão, nesta exigência político-legal de normalização, ao nível das finalidades, dos objectivos, das estratégias, das técnicas e instrumentos de registo, que o actual “modelo” de avaliação de desempenho docente usurpa aos educadores de infância e a outras singularidades profissionais/curriculares, nomeadamente aos docentes de Educação Tecnológica e Educação Especial, o direito ao respeito ético e ontológico de viverem e conviverem na diferença, remetendo-os nesta violência simbólica para o território da não-existência.

No entanto, como lembra Freire, se “os que estão proibidos de ser são seres para outro, os que assim o proibem são falsos seres para si. Por isso, não podem ser autênticos sujeitos. Ninguém é se proíbe que os outros sejam” [Uma Educação para a Liberdade].

Deste modo, não fossem também outras razões, a ausência deste imperativo ontológico bastará por si mesmo para comprometer a construção da Escola Reflexiva e Aprendiz, na medida em que todos precisam de estar comprometidos e implicados nesta aprendizagem de fazer caminho caminhando, aprendendo “a refazer e retocar o sonho por causa do qual a gente se põe a caminhar” [Pedagogia da Esperança...]. ▶

Isabel Cunha,
Sócia do SPN nº 6.537

Actividades de substituição no 1º Ciclo

Parece-me que quando se fala neste assunto pensa-se apenas a partir do 2º Ciclo. Estarei enganada? Será que alguém já viu que no 1º Ciclo os docentes fazem um determinado tipo de actividades de substituição quando recebem na sua sala alunos distribuídos de outras turmas cujos docentes faltam. Por exemplo, no ano passado recebi mais de 6 vezes cerca de 8 alunos e sei de colegas que recebem aos 12 de cada vez – somados aos 24 que já temos, chegamos a ficar com 36 alunos na sala, uns em cima dos outros...

Não nos esqueçamos que não só não é viável que uma turma tenha de 2 a 3 substituições diárias (se forem feitas por docentes do 2º e do 3º ciclos, o que não me parece nada bem) e muito menos funcional ou pedagógico, tendo em conta a realidade do 1º Ciclo.

Mas o que de facto acontece é que, ao recebermos alunos, estamos a desempenhar uma actividade de substituição. É facto que não damos horas a mais, mas ter tão elevado número de alunos na sala (especialmente quando é sem aviso prévio) é apenas uma modalidade diferente de actividade de substituição. ▶

Ana Duque,
Sócia do SPN nº 23.731

Carta à ministra da Educação



José Amorim de Sousa,
Sócio do SPN nº 21.974

Excelência:

Tomei a liberdade de lhe escrever para pedir a sua intervenção na resolução de uma terrível injustiça de que estou a ser vítima (tal como dezenas de colegas meus) desde há um ano, com consequências catastróficas a todos os níveis.

Desde 1985 que sou contratado anualmente pela Escola Soares dos Reis para a docência de Técnicas Especiais, contando neste momento com 18 anos de serviço (só 18 e não 23, por ter saído duas vezes do ensino, uma das quais, em 1993, para me ser mais fácil concluir o Bacharelato em Escultura).

Acabei de aceitar, pela 19ª vez, mais um contrato anual.

Desde sempre reivindicámos o legítimo direito a uma carreira, com um processo de vinculação dinâmica, uma vez que, com o nosso trabalho, satisfazemos necessidades permanentes da Escola (haja em vista o meu tempo de serviço), mas ao que apenas temos assistido ao longo dos anos é, de tempos a tempos, a ver saírem documentos legislativos que integram nos quadros os professores de Técnicas Especiais com mais de 10 anos de serviço.

Foi o que mais uma vez aconteceu, com a publicação do Decreto-Lei nº 338/2007, de 11 de Outubro, que integra no QZP os professores com mais de 10 anos ininterruptos de serviço, tendo eu, nessa data com 17 anos de serviço (quase o dobro do tempo exigido pelo decreto, embora com interrupções), ficado excluído. Porquê? Como compreenderá, fiquei profundamente desolado, triste... Não acho justo!

Mas pior, tragicamente pior, foi terem feito cessar a modalidade de contratação vigente desde o ano 2000, e terem-me obrigado a concorrer pelo Decreto-Lei nº 35/2007, de 15 de Fevereiro, retirando-me a ADSE e reduzindo-me o vencimento em cerca de 50% (do índice 167 para o 89). Isto é inconcebível... Inimaginável!

Tenho a certeza absoluta que a Senhora Ministra não aprova este tipo de medidas, tão aviltantes, tão lesivas, tão humilhantes e tão desmotivadoras. Além de terrivelmente injusta e imoral, penso que esta redução colide com os direitos fundamentais dos trabalhadores, consignados no Código do Trabalho, já que me substituíram a modalidade de contratação, com terríveis prejuízos, para o exercício de exactamente as mesmas funções.

Tenho a firme convicção que nem a Senhora Ministra, nem nenhum dos seus colegas do Governo, aprova que um professor, após 17 anos de serviço, seja tão maltratado. Como pode imaginar, atingido por uma violência destas, fiquei destroçado! Arruinado! Em estado de choque! Ao qual só consegui reagir no final de Novembro, quando lavrei o meu protesto escrito junto do C.E. da Escola, da DREN e da DGRHE, para o qual ainda não obtive resposta. A Senhora Ministra pode imaginar as consequências catastróficas, a todos os níveis, de tão brutal redução no vencimento.

Relativamente à passagem aos quadros, o Senhor Secretário de Estado da Educação, Doutor Valter Lemos, divulgou publicamente, em Julho, que estão a trabalhar num despacho para resolver definitivamente o problema dos professores de Técnicas Especiais do Ensino Artístico, presumivelmente nos moldes da solução encontrada para os professores de música e de dança. Espero e desejo que isso aconteça com a máxima brevidade possível.

Relativamente à minha principal razão de queixa:

Senhora Ministra, estamos quase a chegar ao dia em que vai ter o prazer e a honra de inaugurar a nova Escola Soares dos Reis, que, já sabemos, vai ficar com as instalações e equipamentos – perdoar-me-á a imodéstia, mas corpo docente já tem, haja em vista os prémios que os nossos alunos têm conquistado em concursos internacionais... Vai ficar, dizia eu, ao nível das melhores das suas congéneres europeias (posso dizê-lo, pois já tive o privilégio de visitar algumas delas). Tenho a certeza que concorda comigo: esse elevado nível não é compaginável com a monstruosa ignomínia, que nem terceiro-mundista é, que é reduzir os vencimentos dos professores. Seria, por isso, uma excelente oportunidade para a Senhora Ministra corrigir este monumental erro, reposicionando-nos nos índices de vencimento em que nos encontrávamos no ano lectivo 2006/2007 e devolvendo-nos os montantes que nos foram injustamente retirados durante o ano lectivo transacto, como já foi feito com os nossos colegas que passaram a integrar o QZP, a quem também tinham reduzido os vencimentos.

Grato pela atenção que possa prestar a este pungente problema, fico a aguardar boas notícias da sua parte.

Respeitosamente. ▶

Eu, professor, me confesso

É curioso, ou talvez não, que todos queiram dar umas dicas sobre educação e opinar sobre o actual momento da classe docente, dizendo tudo sabermos e entenderem.

É sintomático referir-se que os professores nada podem dizer, pois são corporativistas, querem defender o *status quo* e o pretensão laxismo e nada perceberão de educação. Serão os principais responsáveis pelos elevados níveis de abandono e de insucesso escolar que caracterizam o sistema de ensino.

É notório que grande parte da população portuguesa se sente satisfeita pela redução dos ditos “privilégios” dos professores, que se saldaram numa diminuição dos salários e dos direitos profissionais.

É visível que, nestes últimos anos, se procedeu a uma guerra diária que teve como principal objectivo afrontar a classe docente, criar um clima de intimidação, mobilizar a sociedade contra os educadores.

É manifesto que através das mais diversas formas se lançou exclusivamente sobre o professor o ferrete da desconfiança e da responsabilidade pelos baixos índices educativos face a outros países.

É ridículo que a melhoria dos últimos resultados, repentina e miraculosa, se queira justificar na validade das novas políticas e no mérito dos seus decisores, e não na permissividade dos critérios de avaliação e no facilitismo de muitas provas de exame.

O clima que se criou nas escolas é doentio. Ninguém deve estranhar o descontentamento que atravessa todos os profissionais de ensino, porque ele advém da incerteza, da frustração, da perplexidade, do afrontamento gratuito e do profundo sentimento de injustiça.

A avalanche legislativa que este Governo atirou contra as escolas, inundando-as de decretos, portarias, despachos e circulares, tornou a vida dos professores num inferno de burocracias inúteis.

As escolas transformam-se, quantas vezes, em puros armazéns onde as crianças passam 10 ou mais horas em actividades louváveis, mas sem espaços adequados à sua prática, e reforçam um sentimento de aversão ao ensino, fazendo longas viagens casa-escola-casa, sem tempo de lazer e para a necessária socialização familiar.

A fractura a que se procedeu na carreira docente, dividindo-a em duas categorias, foi um processo caricato e profundamente injusto, pois só se consideraram os últimos sete anos, apagando-se todos os outros. Muitos ultrapassaram os mais experientes, mais competentes, mais preparados e formados. Nas escolas convivem agora duas categorias de profissionais, perfeitamente artificiais, em que alguns são empurrados para cargos onde delapidam tempo e esforço inúteis com referenciais em contínua mudança e sobre todos se estendem complicadas teias burocráticas e relações piramidais obsoletas e desadequadas.



José Alegre Mesquita,
Área Sindical de Mirandela

O modelo de avaliação imposto é insensato. O esquema que sintetiza todas as intervenções no processo é um autêntico labirinto. Basta ler o decreto-lei para perceber que o sistema engendrado se pauta por um processo burocrático, subjectivo, injusto e complexo, que tem como principal objectivo domesticar a classe e forçar a estagnação profissional de dois terços dos docentes, numa clara avaliação por quotas que tem um único objectivo – economicista.

Com a observação das aulas a todos os docentes, a compilação de enviesadas grelhas de observação de aulas e comportamentos, a análise detalhada de processos e documentos que a todos são comuns e nascem de um esforço colectivo, está a criar-se um monstro que vai consumir muitas e muitas horas de trabalho nas escolas e infernizar a vida de muitos professores, roubando-lhes motivação e energia para a relação pedagógica e a preparação das aulas.

O espírito competitivo que está na base destas medidas contrastará com a solidariedade e a contratualização de vontades que o acto de educar transporta, e sem ele não haverá uma clara distinção entre a escola e a lei da selva. A Escola prepara para a sociedade competitiva dos nossos dias, mas terá sempre de apontar a utopia, o exercício da solidariedade e o espírito democrático, numa dimensão humanista e com valores e ideais que celebram o ser humano. ▶



ANA ALVIM

Com data de 17 de Julho, foi publicado o Despacho nº 19.117/2008, que define as regras para a organização do ano lectivo 2008/2009.

O horário semanal dos docentes é de 35 horas, variando a sua componente lectiva com o ciclo e nível de ensino, de acordo com o artigo 77º do Estatuto da Carreira Docente. Os docentes dos 2º/3º ciclos do Ensino Básico, do Secundário e do Ensino Especial beneficiam de redução conforme previsto no artigo 79º.

A componente não lectiva de trabalho individual não pode ser inferior a 8 horas para os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo; nos outros ciclos do Básico e no Secundário, 10 horas para os docentes com menos de 100 alunos e 11 horas para os que tenham 100 ou mais.

Na componente não lectiva a nível de estabelecimento, constituída pelo número de horas definidas pelo estabelecimento de ensino para cada docente, acrescido do número de horas de redução da componente lectiva prevista no artigo 79º, estão incluídas, entre outras, as seguintes funções:

- avaliação de desempenho de outros docentes;
- coordenação de estruturas de orientação educativa;
- coordenação de ano ou de ciclo;
- desporto escolar;
- substituição de outros docentes;
- dinamização de actividades de enriquecimento curricular;
- apoio individual a alunos;
- frequência de acções de formação contínua.

O exercício de cargos de coordenação pedagógica deve ser atribuído aos docentes com a categoria de 'professor titular' ou, na sua inexistência, aos docentes mais experientes.

Relativamente à avaliação do desempenho, cada avaliador beneficia de 1 hora semanal da sua componente não lectiva de estabelecimento para avaliação de 4 docentes. Quando o número de horas for insuficiente, o avaliador tem direito à redução da sua componente lectiva. No caso do 1º Ciclo ou da Educação Pré-Escolar, o avaliador que tenha mais de 7 docentes para avaliar pode ficar sem grupo ou turma atribuído.

Horário semanal de trabalho

HORÁRIO DOS DOCENTES (2º/3ºCEB/SEC) de acordo com o ECD e o Despacho 19.117/2008						
COMPONENTE LECTIVA E NÃO LECTIVA registada no horário – a)				COMPONENTE TRABALHO INDIVIDUAL (não registada no horário)		
LECTIVA blocos 90' – b)		NÃO LECTIVA DE ESTABELECIMENTO blocos 90' – c)			até 100 alunos	100 ou mais alunos
		até 100 alunos	100 ou + alunos	redução artº 79º		
11	1	1,5 bloco (máximo)	1 bloco (máximo)	0	10 horas	11 horas
10	1			1		
9	1			2		
8	0,5			3		
7	0,5			4		

a) De acordo com o artigo 83º do ECD, todo o serviço prestado pelos docentes para além do número de horas registadas no horário de trabalho é considerado serviço extraordinário

b) Apoios educativos e/ou actividades de enriquecimento e complemento curricular

c) O número de horas destinado a actividades de enriquecimento e complemento curricular no âmbito da ocupação plena dos alunos não pode exceder 50% da componente não lectiva atribuída ao docente

carta de um aluno a um professor

tu que falas a língua das estrelas, das árvores e do mar, desconheces o privilégio que é ouvir-te falar. tu que dominas a ciência, a religião, a arte e a história, não vês o futuro que alimentas na tua memória. tu que existes fora do tempo e do espaço, não te encontras no papel em que escrevo, na tinta e no traço. tu que és humano, mas ao mesmo tempo não, ignoras que és um ideal de mente, de alma e de coração. tu que todo te dás em farrapos de giz, esqueces que és um herói e um gigante para um aprendiz. tu que plantas a dúvida, o método e a descoberta, não sabes o valor que tem essa oferta. tu que mereces ser rico e feliz, um rei, és o homem mais humilde que já encontrei. tu que moras nos livros que lêes e partilhas, não vês que o que dás são para nós maravilhas. tu que ofereces ajuda em troca de chocolate, esqueces o aliado que és em qualquer combate. tu que libertas o saber que a vida esconde em si, concede mais este desejo e, por favor, sorri. ▶

Raquel Patriarca

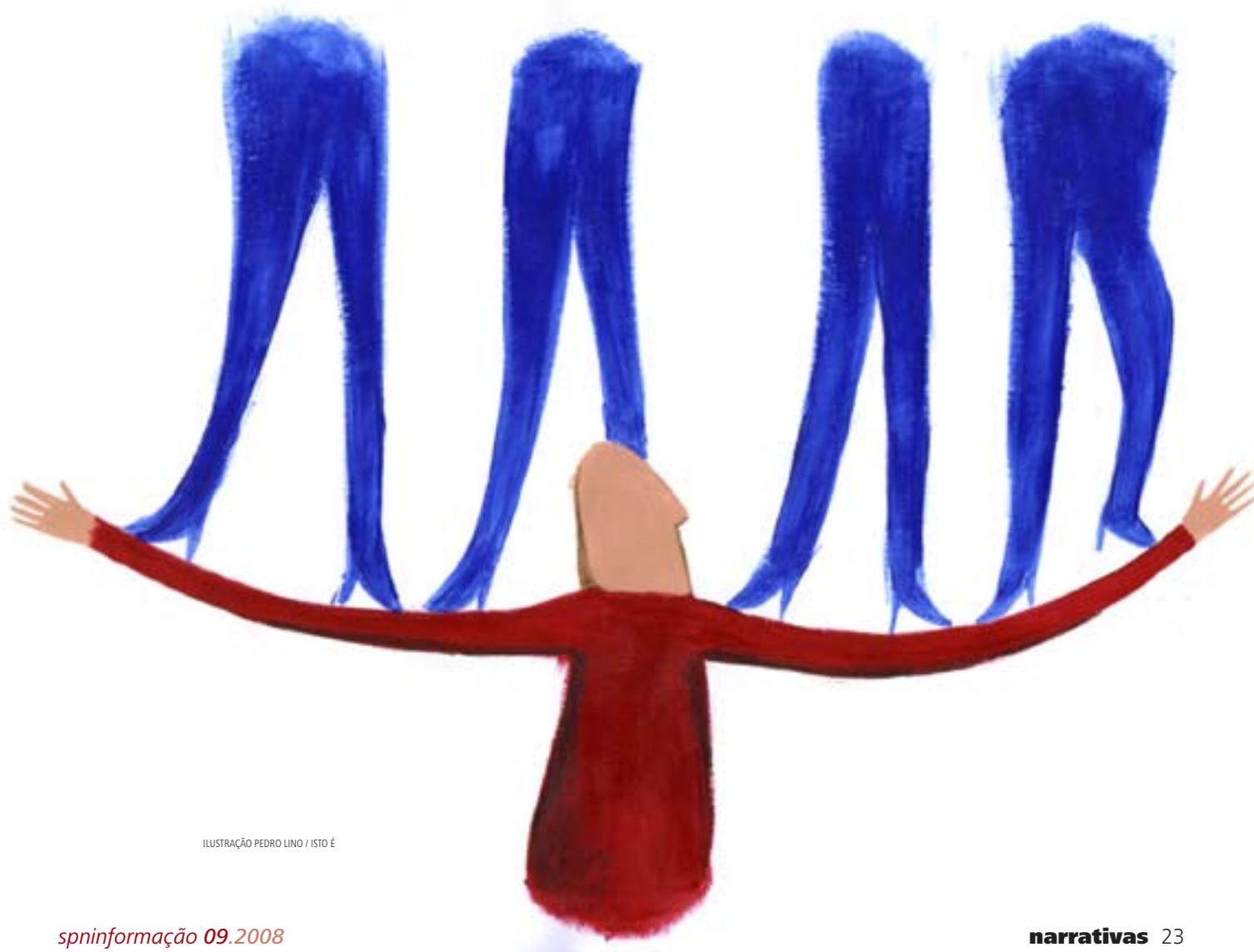


ILUSTRAÇÃO PEDRO LINO / ISTO É

É preciso recuperar

A cimeira da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) aprovou a proposta reivindicativa para 2009, já apresentada ao Ministério das Finanças. A proposta refere a necessidade da efectivação do compromisso assumido pelo primeiro-ministro de que, este ano, os trabalhadores não sofreriam uma nova redução no seu poder de compra.

Num contexto político-social complexo, em que o Governo e os defensores de políticas neoliberais procuram fazer crer que a redução do poder de compra dos trabalhadores e o aumento das desigualdades sociais a ele associados são necessários para a recuperação económica do país, os trabalhadores da Administração Pública (AP) têm visto as suas condições de vida e de trabalho substancialmente agravadas ao longo dos últimos anos.

Para nós, educadores e professores, o momento é particularmente grave. As promessas de aumentos salariais acima da inflação nunca concretizadas, a par do brutal aumento do custo de vida a que temos vindo a assistir, associados à imposição de um Estatuto que criou duas carreiras na profissão – e que, na prática, impede a maioria de aceder aos escalões com vencimentos mais elevados –, fazem da reivindicação salarial uma das frentes de luta a encarar com mais determinação.

A cimeira da Frente Comum, que reuniu no início de Setembro, aprovou também uma resolução onde constam as principais reivindicações e da qual, a seguir, se transcrevem alguns excertos.

Continuidade da luta

“Os trabalhadores da Administração Pública estão conscientes da profunda interligação existente entre a luta pelos seus direitos e a defesa das funções sociais a que o Estado está constitucionalmente obrigado pelo regime democrático e, por isso, a FCSAP não vai desistir de lutar pelos direitos adquiridos e por uma Administração Pública de qualidade ao serviço do povo português.

Com efeito, uma Administração Pública de qualidade, eficaz e moderna, que dê resposta atempada e qualificada aos direitos sociais consagrados na Constituição (designadamente, na Saúde, Segurança Social, Educação e na Justiça), não é possível com a continuidade de uma política atentatória da qualidade da cidadania, que:

- degrada as condições de vida dos trabalhadores da AP: precariedade, despedimentos sem justa causa, diminuição real de salários e pensões ou a instauração de um clima de medo nos locais de trabalho;
- vai no sentido da destruição da Administração Pública tal como a Constituição da República a consagra, para entregar os sectores rentáveis aos grandes grupos económico-financeiros, que se farão pagar bem para prestar os serviços sociais que o Estado está obrigado a prestar, com as verbas dos nossos impostos.

A FCSAP e os trabalhadores da AP têm desenvolvido uma luta persistente contra a execução do Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e contra as inerentes e brutais alterações legislativas na AP – quer no âmbito orgânico, quer no laboral – e suas nefastas consequências para o país. Algumas das medidas negativas foram estancadas. Mas, no fundamental, vingaram os objectivos dos diplomas do Governo e a essência do seu conteúdo de retrocesso social e civilizacional, com a inconstitucional retirada de direitos fundamentais e graves prejuízos para os trabalhadores”.

Não podendo deixar de ter em conta esta realidade, a proposta reivindicativa apresentada ao Governo consagra outras reivindicações além da vertente directamente económica (salários e restantes prestações pecuniárias), das quais é importante destacar:

Tabela salarial e restantes prestações pecuniárias: Actualização de 5% da Tabela Remuneratória Única (TRU). Garantia da efectivação do compromisso tomado pelo primeiro-ministro de que os trabalhadores não sofreriam, este ano, nova redução do seu poder de compra – o poder de compra perdido em 2008 atinge 0,9%. Reivindicação de mais 50€ na transição para as novas posições remuneratórias

o poder de compra perdido

da TRU – incluindo as posições intermédias –, visando repor parte do poder de compra perdido nos últimos 8 anos. Actualização do subsídio de refeição para 6,50€ e das restantes prestações pecuniárias e pensões em percentagem global idêntica à da TRU, assim como a actualização dos escalões do IRS e das comparticipações da ADSE em 10% e a consagração legal do compromisso assumido pelo Governo de que a mudança para a posição remuneratória seguinte à imediatamente superior ocorrerá quando o valor da diferença entre aquela em que o trabalhador se encontra e a imediata for igual ou inferior a 28€. Diferenciação nos escalões de entrada das diferentes profissões/categorias, consoante a sua qualificação e responsabilidades.

Reestruturação da Administração Pública: Emprego público e estabilidade, contra a precariedade, o que implica a revogação e/ou alteração de diversas normas ou conjunto de normas de diplomas entretanto aprovados, destacando-se a garantia do “vínculo de emprego público a todos os trabalhadores da AP” ou a “retirada do despedimento por inadaptação” e a revogação da Lei da Mobilidade e do SIADAP. Respeito pela negociação colectiva. Valorização das carreiras profissionais, com aplicação completa dos DL 404-A/98 e 412-A/98. Manutenção dos direitos adquiridos na Acção Social Complementar (Serviços Sociais), com a anulação do desconto dos aposentados para a ADSE.

Aposentação: Revogação das leis 1/2004, 60/2005 e 52/2007 e do Decreto-Lei 286/93, com reprivatização do Estatuto da Aposentação na sua redacção anterior.

Formação profissional: Garantia de acesso à formação profissional, com dedução em sede de IRS das despesas com formação profissional e equipamento para o exercício de funções.

Segurança, higiene e saúde no trabalho: Cumprimento das normas existentes sobre esta matéria, com formação dos trabalhadores em SHST, e concessão de dispensa dos candidatos a representantes e dos representantes de SHST para poderem participar nessas acções de formação.

Apoio à luta dos professores

“Os trabalhadores da Administração Pública vão reforçar a luta em torno da Proposta Reivindicativa da Frente Comum e contrariar os objectivos do Governo de lhes retirar direitos adquiridos ao longo de décadas e de degradar as suas condições de vida e de trabalho”.

A resolução da FCSAP assegura, designadamente, que os trabalhadores do sector assumem a oposição à reforma da Administração Pública e ao Código do Trabalho e participarão activa e massivamente nas próximas acções de luta, nomeadamente:

- pela actualização justa dos salários e pensões;
- pela manutenção do vínculo de nomeação;
- pela estabilidade no emprego e pela defesa dos postos de trabalho;
- contra o Regime Jurídico do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP);
- contra a precariedade e os despedimentos sem justa causa;
- contra a revisão do Código do Trabalho para pior.

Finalmente, “a Frente Comum realça e manifesta o seu incondicional apoio à luta que está a ser desenvolvida pelos professores e pelos enfermeiros, contra o desemprego e a precariedade, em defesa da dignidade das suas profissões, imprescindíveis para que os portugueses tenham acesso a serviços médico-sociais e a um ensino público de qualidade”. ▀



ADRIANO RANGEL

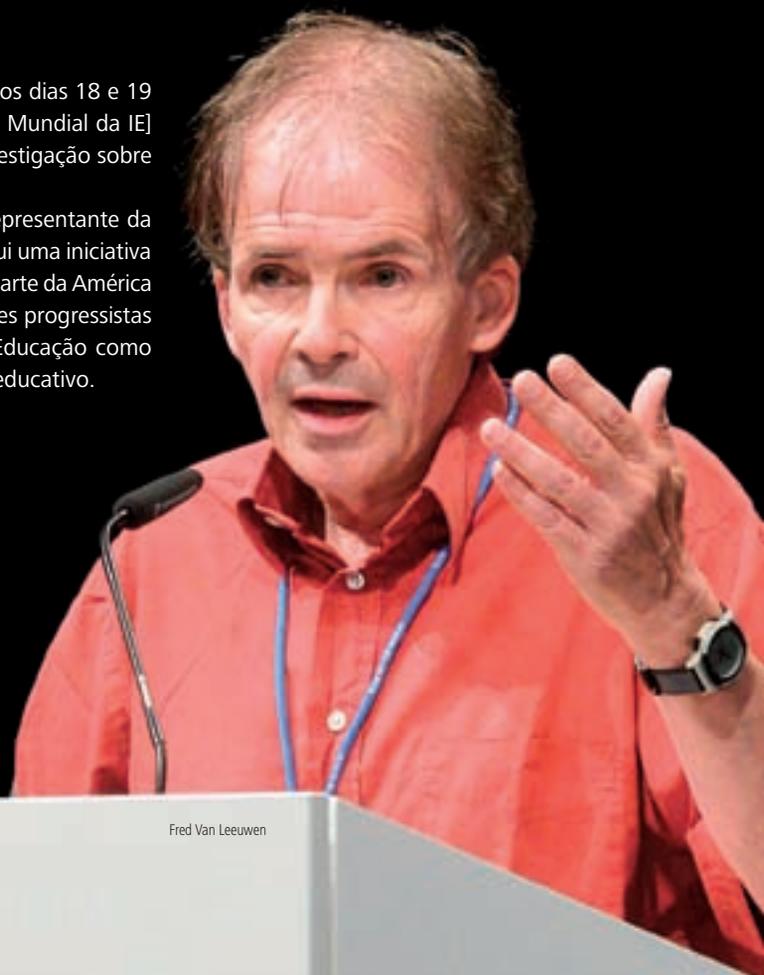
Quando as contradições internas vêm ao de cima

O texto que aqui se reproduz reporta-se a uma situação concreta, vivida na América Latina, e regista alguns comportamentos verificados no seio da Internacional de Educação (IE), que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) integra desde a primeira hora. A sua divulgação visa chamar a atenção para alguns aspectos relevantes nos tempos que correm, de que se destacam os seguintes: i) estávamos certos ao apresentar no último congresso da Fenprof o enorme continente sul americano como verdadeiro “caldo de cultura” do combate às políticas neoliberais; ii) o modo como as contradições políticas existentes na região se reflectem e vivenciam no seio da maior organização mundial de professores e trabalhadores da educação; iii) alguns comportamentos que imputemos de errados, titubeantes e até retrógrados, só podem corrigir-se estando dentro das organizações e não, passivamente, fora delas.

Abel Macedo

Os membros integrantes do Comité Regional Latino-americano, reunido nos dias 18 e 19 de Julho na Cidade de Guatemala, dirigem-se-vos [ao Conselho Executivo Mundial da IE] no sentido de dar conhecimento da posição adoptada relativamente à investigação sobre a situação educativa na Venezuela.

1. A totalidade dos membros deste Comité, com a única excepção do representante da FETRAEnseñanza da Venezuela⁽¹⁾, cremos que a dita investigação constitui uma iniciativa que vai em contramão com os novos tempos políticos da região; grande parte da América Latina está a passar por um processo de mudança favorável aos sectores progressistas e populares, questão que tem sido entendida pela Internacional da Educação como integrante da luta contra as políticas neoliberais, sobretudo no sector educativo.
2. Reconhecemos que a maioria do Conselho Executivo Mundial apoiou a decisão de realizar esta investigação. Contudo, e mesmo assim, não devemos deixar de assinalar que considerámos como procedimento adequado submeter este tema previamente à consulta do Comité Regional, e que, apesar da sua transcendência política, de tal facto nunca fomos notificados. Não será demais considerar que, aquando do último congresso de Berlim, alterámos a nossa posição contrária ao espaçamento da periodicidade dos congressos⁽²⁾, convencidos pelo argumento de que haveria como compensação um maior protagonismo das instâncias regionais nas decisões da Internacional.



Fred Van Leeuwen

Internacional da Educação

Comité latino-americano lamenta situação anómala



Juçara Dutra Vieira

3. Esta posição foi reafirmada pelos representantes da América Latina que participaram na reunião do Conselho Executivo Mundial realizada em Novembro de 2007. Perante esta situação, esse Conselho decidiu que o Secretário-Geral realizasse uma reunião com este Comité Regional. Isto, na prática, não se concretizou e em seu lugar realizou-se um encontro do Secretário-Geral da IE com o presidente e os dois vice-presidentes de âmbito regional.
4. Perante a confirmação do Secretário-Geral de que a decisão de levar para a frente a investigação não tinha retorno e que até já estava encomendada ao Sr. Errol Cova, os membros do Comité Regional atrás mencionados limitaram-se a propor e estipular um conjunto de procedimentos que o Secretário-Geral da IE se comprometeu a respeitar escrupulosamente. Esses compromissos foram os seguintes:
 - a) Que o Comité Regional tomaria conhecimento dos resultados desse estudo para serem analisados antes da sua apresentação ao Executivo Mundial;
 - b) Que essa investigação não seria tornada pública, de nenhuma forma, enquanto não estivesse concluída e fosse analisada pelo Comité Regional, justamente para evitar qualquer instrumentalização política da mesma e envolver todo o processo de uma necessária sobriedade que evitasse juízos apriorísticos.
5. Surpreendentemente, nesta data [19/Julho], os membros do Comité Regional tomaram conhecimento de que através de algumas publicações, cujas cópias juntamos como prova concludente, tal investigação, apesar de ainda estar na sua fase preparatória, já está a ser politicamente instrumentalizada.
6. Perante esta situação anómala, que deploramos, pois constitui um prejuízo não apenas para a credibilidade da palavra empenhada pelo Secretário-Geral, como também afecta gravemente a companheira Juçara Dutra Vieira na sua condição de Vice-Presidente Mundial para a região, este Comité decidiu informá-los do seguinte:
 - a) Que não podemos validar de nenhuma maneira uma investigação que, antes de ser realizada, já serve como ferramenta dirigida à penalização pública das políticas do Governo da Venezuela no sector educativo.
 - b) Que, e em consequência, independentemente da valorização negativa que sempre expressámos perante esta atitude, nos consideramos definitivamente impedidos de tomar parte num processo sobre o qual não temos nenhuma garantia quanto à objectividade e quanto ao nível académico. Mais ainda quando um dos integrantes desta equipa investigadora designada pelo Secretário-Geral é, para lá da sua actividade sindical, vice-presidente de um dos partidos da oposição ao Governo venezuelano. Relativamente a este facto, não é um tema menor a reafirmação do princípio de autonomia que devemos resguardar, para evitar que a Internacional de Educação se veja envolvida em disputas políticas partidárias que respeitam à vida interna de cada nação.
 - c) Em consequência do exposto, solicitamos que libertem a companheira Juçara Dutra Vieira da participação na comissão investigadora, dado que todas as decisões deste Comité Regional são colectivas e solidárias.
 - d) Por último, manifestamos a nossa disposição em promover estudos sobre a situação da educação na nossa região perante os novos desafios que nos coloca a complexidade da actual etapa histórica, em que convivem realidades contraditórias que resultam da existência de nações que desenvolvem processos de mudança a par de outras que registam a continuidade de políticas neoliberais.

Sem outro assunto e renovando o nosso compromisso permanente com o fortalecimento da Internacional da Educação na região, apresentamos as nossas fraternais saudações". ▀

NOTAS

1. A FETRAEnseñanza, que já integrava a IE, faz parte da oposição ao Governo da Venezuela
2. Os congressos da IE passaram de um interregno de 3 para 4 anos

Hugo Yasky,
presidente do Comité Regional Latino-americano

Respirar desenho na Fundação Júlio Resende

Até 15 de Outubro, o Lugar do Desenho mostra obras de B. McLeer, D. King, D. Swindells, G. Brewerton, G. Chorlton, G. Sherlock, J. Ball, J. Devane, J. Journeaux, J. Waller, J. Yeadon, M. Havers, P. McCarthy, R. Sherriffs e V. Harvey.

“Drawing Breath é o elucidativo nome da exposição que o Lugar do Desenho apresenta na programação da sala de exposições temporárias e que, pela primeira vez, vem propor uma reflexão sobre o Desenho, simultaneamente ao artista e ao professor de arte. Quer dizer também, ao intérprete do Desenho e simultaneamente ao seu pedagogo. Não é habitual, de todo, confrontarmo-nos com este enunciado raro no contexto internacional da programação das galerias e dos museus”.

Por isso, afirmam os responsáveis da Fundação Júlio Resende, “o Lugar do Desenho tem o privilégio de apresentar estes artistas”, correspondendo ao desafio lançado pelo professor George Sherlock, que coordenou a exposição – uma iniciativa “possível graças ao interesse e vontade do director da Escola de Arte e Design da Universidade de Coventry, professor John Devane”.

O que está em causa nesta mostra de artistas ingleses de referência internacional “é a sua enorme consciência da responsabilidade de desenhar e de mostrar o resultado dessa atitude. Quando se desenha, em geral para nós próprios e connosco, é um complexo mundo de enunciados e de proposições que importa julgar em função de um êxito desconhecido. Ser pedagogo e cultivar essa consciência, mostrando-a em prática disciplinada e sensível, é tarefa que não está ao alcance de qualquer artista. Mas, não será possível existir bom pedagogo se por detrás não existir um bom artista”.

Assim, “esta exposição confronta-nos com a personalidade excepcional de autores que têm dedicado a sua vida à formação de gerações de outros tantos artistas protagonistas, também eles, da Arte Contemporânea Britânica. O Desenho é o médium, o instrumento e, por vezes, o princípio de tudo. Poderemos nós imaginar ensinar a descobrir e a ver, sabendo donde partimos e para onde vamos? Este é o desafio!”

Artistas-educadores

Como afirma John Devane, *Drawing Breath* exhibe obras de artistas que também são educadores. “Todos os representados foram estudantes de arte no Reino Unido e aprender a desenhar constituiu uma parte essencial da sua educação. Todos se tornaram professores na Coventry School of Art and Design, e a maioria leccionou a disciplina de Desenho”.

A exposição mostra uma abordagem diversa ao desenho, e a complexidade e variedade dos trabalhos podem parecer, à primeira vista, intimidantes para quem tem expectativas tradicionais. No entanto, refere George Sherlock no texto de apresentação, “embora a exposição não pretenda à partida ser pedagógica ou prescritiva”, espera-se que “a justaposição destes trabalhos específicos lance alguma luz sobre abordagens diferentes a uma prática mais vasta do desenho”. ▀



Duet*, Glyn Brewerton

Drawing Breath | Respirar Arte

3ª a 6ª Feira: 14h30 - 18h30

Sábado/Domingo: 14h30 - 17h30

Lugar do Desenho

Rua Pintor Júlio Resende, 346

Valbom – Gondomar

224 649 062



Celebrar o jazz na cidade-berço

Kurt Elling Quartet, Steve Coleman & Five Elements, Django Bates & storMCHaser, Marcus Strickland, Kenny Baron Trio e The Metropole Orchestra (dirigida por Vince Mendoza e com Peter Erskine como solista convidado), são alguns dos projectos que integram o cartaz do Guimarães Jazz 2008.

Entre 10 e 22 de Novembro, no Centro Cultural Vila Flor, o jazz regressa a Guimarães com um programa que, declaradamente, ambiciona, por um lado, manter a cidade como um dos mais importantes palcos jazzísticos a nível nacional e europeu e, por outro, continuar a ser o ponto de encontro e de celebração entre o público que já “consome” e o que pretende iniciar a sua descoberta desta música.

De acordo com a organização, “se a coesão e a qualidade das propostas de outras edições têm sido uma imagem de referência do festival, este ano não será excepção, com um programa que deseja afastar-se dos formatos apresentados em anos anteriores, explorando novos projectos e formações, mantendo contudo inalterável a estrutura dos concertos e a consistência das escolhas”.

Neste contexto, o primeiro fim-de-semana foi pensado como uma aposta na voz. Kurt Elling (dia 13), numa perspectiva clássica de cantor de jazz, abrirá o certame com novas ideias e reinterpretações do legado musical de grandes nomes da história do jazz. Steve Coleman & Five Elements (dia 14), por seu turno, utilizarão a voz como um instrumento rítmico em contexto de quinteto. Finalmente (dia 15), Django Bates, com storMCHaser, cantará mensagens mordazes através de um apurado sentido de humor, ao mesmo tempo que se desdobrá em instrumento em formação de orquestra.

Grandes celebrações

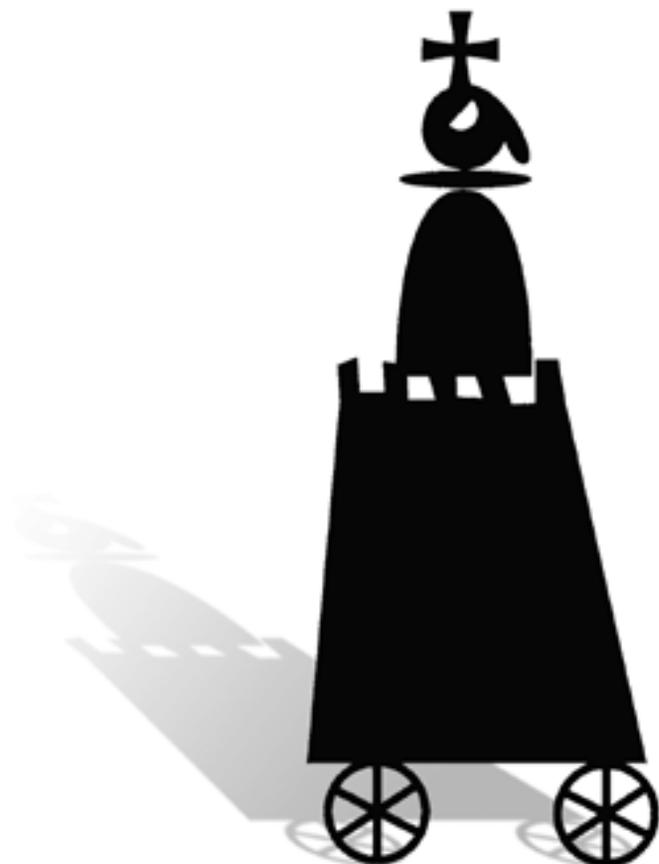
No fim-de-semana seguinte, o Guimarães Jazz mantém os pontos musicalmente identificativos das edições anteriores, acrescidos de um projecto para grande orquestra, nunca apresentado neste festival.

Assim, a abrir a segunda ronda (dia 19) estará o Quinteto de Marcus Strickland, liderado por um dos mais novos instrumentistas do jazz actual, num concerto que reitera o interesse em dar a conhecer nomes em ascensão na cena internacional. Segue-se (dia 20) uma celebração do 70º aniversário de Lee Morgan, trompetista precocemente desaparecido: um conjunto notável de boppers – entre os quais Bennie Maupin e Billy Harper, que tocaram com Morgan – une-se a nomes como George Cables, David Weiss, Cecil McBee e Billy Hart, numa homenagem que se prevê grandiosa. Depois, reafirmando o interesse em mostrar o piano como proposta fundamental de divulgação e de culto no festival, regressa o Kenny Baron Trio (dia 21).

Finalmente, no dia 22, a The Metropole Orchestra (com Peter Erskine como solista convidado) propõe-se executar composições de Vince Mendoza e temas fundamentais da história do jazz adaptados a grande orquestra. Trata-se de uma formação de 60 músicos – 20 de big band e 40 de uma orquestra de cordas – dirigidos por Mendoza, um dos mais importantes directores de orquestra de todos os tempos.

Se tudo isto não bastasse, o Guimarães Jazz 2008 apresenta, ainda, um amplo programa de actividades, incluindo jam sessions, oficinas de jazz, exposições e cinema. ▶

1. Django Bates
2. Kenny Baron (foto de John Sann)
3. Marcus Strickland (foto de Jimmy Katz)
4. Steve Coleman (foto de Juan Carlos Hernandez)
5. Kurt Elling (foto de Christian Lantry)



Teatro de sombras conjuga cor e cidadania

A **V+ Companhia de Teatro** montou um espectáculo de sombras especialmente concebido para crianças dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. Aliando o teatro à música e às artes multimédia, "O Rei Manda" aborda de forma lúdica a teoria da cor e trabalha conceitos como a democracia, a liberdade e a cidadania.

No País Pequeno, o Rei Grande passa o tempo a mandar e não ouve os habitantes. Um dia, sem ideias para novas ordens, decidiu mandar pintar todas as casas de cinzento. Todos obedecem – menos Um, que ao amanhecer vê o Sol amarelo e decide pintar a sua casa de amarelo. E menos Outro, que, ao contemplar o céu, decidiu pintar a casa de azul. E Aqueloutro, deliciado com o pôr-do-sol, acaba mesmo por pintar a sua de vermelho. O rei entra então em desespero, porque, com as cores primárias, os habitantes do País Pequeno conseguem compor todas as cores, pondo em causa o seu poder absoluto...

Como complemento do espectáculo, no final, a V+ propõe-se desvendar o mistério das sombras, através de uma visita guiada aos bastidores do teatrinho, onde as crianças poderão conhecer os dispositivos que permitem a criação e execução do espectáculo (construção de marionetas e produção de sombras negras e coloridas). ▶

Para deslocações às escolas

V+ Companhia de Teatro · Tel.: 914156744; E-mail: vmaisteatro@gmail.com



Preservar a memória

Até 25 de Outubro, está patente no Museu Militar do Porto (antiga delegação da PIDE/DGS, à Rua do Heroísmo) uma exposição de fotografias de Orlando Falcão intitulada "*Tarrafal, lugar de memória*". Antecedendo o encerramento da exposição, Manuel Loff proferirá uma conferência intitulada "*O Tarrafal e a Opressão Salazarista*". A iniciativa é do movimento cívico Não Apaguem a Memória!, cuja actividade passa pela valorização da história das lutas pela liberdade e pela preservação das memórias da resistência à opressão do Estado Novo. ▶

Agustina e Kierkegaard pela Seiva Trupe

Até 31 de Outubro, está em cena no Teatro do Campo Alegre "Estados Eróticos Imediatos de Sören Kierkegaard", com direcção de Roberto Merino, cenografia de Acácio de Carvalho e figurinos de Manuela Bronze.

A peça retrata um dos momentos mais marcantes na vida do filósofo dinamarquês (o amor, a entrega e a renúncia da sua amada, Regina Olsen), com interpretações de Anabela Nóbrega, Clara Nogueira, Hugo Sousa, Isabel Nunes, Jorge Loureiro, Miguel Rosas, Paulo Calatré – e também de Carolina Sousa, Juliana Rodrigues, Lizete Pinto, Vânia Mendes e Vera Pitrez.

O palco da obra é a Copenhaga da época, cruzando a personagem central com a mítica figura de D. João, como se este fosse um actor/personagem errante que descobre fortuitamente a obra do filósofo e a coloca em questão.

Kierkegaard é citado como um homem extraordinário, sofrendo do mal de "ter sido um génio numa cidade de província" – "Que o pano de cena lhe seja leve e as tábuas do palco não ranjam com as suas ossadas vestidas de D. João", deseja Agustina Bessa-Luís. ▶

Estados Eróticos Imediatos de Sören Kierkegaard

3ª Feira a Sábado: 21h45
Domingo: 16h

Teatro do Campo Alegre

Rua das Estrelas – Porto
226 063 000

De repente, o mundo quase desabou... Na Finlândia, um estudante protagonizou uma chacina e suicidou-se de seguida.

Como é possível?, interrogaram-se os finlandeses, os europeus e mesmo os americanos – como se não soubessem do que a casa gasta...

Por cá, a Comunicação Social fez manchetes com o sucedido, espantando os incrédulos que acreditavam – porque Sócrates & Cª lhes afiançam que sim – que lá de cima só vinham bons exemplos, a começar pelo Pai Natal e as renas voadoras.

E logo se levantou o exército de vozes que, um pouco por todas as latitudes, clama contra a violência. E contra a violência nas escolas.

Não me lixem! Um episódio de violência numa escola de um país “exemplar” não faz desse país um altar de violência, mesmo se por lá circulam quase dois milhões de armas – não sei se, para além de voadores (epíteto desportivo), os finlandeses serão caçadores, mas prometo investigar.

Portanto, deixemos lá os finlandeses em paz. Ainda se o moço tivesse assassinado os colegas disparando tecnologia Nokia...

Circunstancialmente, aquele episódio ocorreu muito próximo de um debate televisivo sobre violência escolar, onde o “ás-de-trunfo” puxado para ganhar o jogo era do naipe da “liderança forte nas escolas”.

Ora, se esta cartada não for blufe, é batota. Porque a arqueologia escolar está prenhe de lideranças fortes, e violência nas escolas sempre houve – a começar pela violência da Escola.

Quem, enquanto estudante, nunca se sentiu (ou foi) profundamente injustiçado ou ofendido? Quem nunca se sentiu (ou foi) acochado por “pássaros”? Quem nunca chamou a alguém (ou foi chamado, por eventualmente parecer) “caixa-de-óculos”, “baleia” ou eventualmente “filho da puta”, que atire o primeiro telemóvel.

Eu confesso: eu fui violento! Embora me atribua a atenuante de ter sido um violento especial. Passo a explicar. Quando andava na Preparatória já era crescidinho relativamente à media, e tinha como passatempo favorito perguntar as horas aos meus colegas – não sei porquê, mas os que tinham relógio eram sempre baixotes... Quando me respondiam as horas, também não sei porquê, não acreditava. E pronto, aplicava uma sonora testada na criatura relojoad.

Admito, agora, que esta particularidade pudesse ser interpretada como expressão violenta do meu carácter, mas garanto que não era nada disso. O que tinha era uma forte vontade de adequar o tempo à minha urgência de esperar pela Gisela – ou seria a Ana Maria? ou a Paula? –, para a apalpar e trocarmos uns beijos (será isto violência?). Ou pelo Justino “Chaleira”, que já fumava e me deixava dar umas passas. Ou pelo Sérgio, com quem ensaiava tréguas, agora tão inflacionadas no mercado futebolístico.

Por aqueles e por muitos anos, o Sérgio (onde páras tu, companheiro?) era o meu Amigo. Partilhávamos a escola, as nossas casas, a rua. E os escuteiros. Um dia, no agrupamento, durante um jogo de futebol, aconteceu o impensável – dei um estalo no Sérgio. Seguiram-se uns encontrões e uns impropérios, mas o episódio foi rapidamente sanado, e tudo continuou como dantes. Outra expressão de carácter violento? Nada disso, tratou-se apenas de espantar o medo que senti quando, na sequência de uma carga d’ombro dele, fiquei a balançar em cima do muro, com a rua lá em baixo, a uns bons 20 metros.

Ou seja, garanto, eu e a violência não temos nada que nos una. E quem me conhece pode garanti-lo.

Bem... talvez o Bruno não! Tinha 9 anos, mas era quase tão grande como eu. Era o meu tirocínio (tiro?) como professor do 1º Ciclo e ele era, ou parecia-me, um bocadinho trapalhão e abusador do capado. Um dia, numa qualquer actividade de enriquecimento curricular, já tinha “atropelado” alguns colegas. E eu sempre a avisá-lo para ter cuidado... Até que, mesmo à minha frente, o Bruno passa uma rasteira à Sandra. Imediatamente, a minha mão levanta-se e choca, estrepitosa, nas costas dele.

Nessa vez, não sei se fui violento. Mas sei que ainda hoje vejo a cara daquele menino grande contrair-se para sustar as lágrimas. Não pela dor, que não deve ter sentido muita, mas por não conseguir compreender que o António o tivesse empurrado. ▶



Detalhe do cartaz do filme “Os Pássaros” de Alfred Hitchcock

Dos pássaros e do menino grande

António Baldaia



nesta edição

- a abrir
02. **Dizem que estás cansado...**
- editorial
03. **Sim, eles contam!**
- acção reivindicativa
- O problema maior do modelo de avaliação é que não contribui para que as escolas funcionem melhor e com mais estabilidade, para que os professores melhorem o seu desempenho e os alunos as suas aprendizagens. Entretanto, entre as graves medidas que o Governo tem adoptado avulta o aumento do horário de trabalho, que ultrapassa o definido legalmente.*
05. **Avaliação do desempenho: alternativa precisa-se!**
08. **Administração e gestão das escolas: parecer aponta ilegalidades**
09. **Sem tempo pra respirar**
10. **O primeiro dia de desemprego**
- em foco
11. **Mérito escolar como objecto de reflexão**
- formação
12. **Por anda a formação contínua?**
- destaque
- Mal-estar, sofrimento, crise... As mais recentes investigações sobre os professores têm sublinhado esta face problemática de uma identidade em plena mutação, de uma profissão que já não se reduz à mera transmissão de conteúdos programáticos.*
13. **Professor: a mais bela profissão do mundo?**
- os professores contam!
18. **A propósito da avaliação do desempenho...**
20. **Carta à ministra da Educação**
21. **Eu, professor, me confesso**
- legislação
22. **Horário semanal de trabalho**
- narrativas
23. **Carta de um aluno a um professor**
- nacional
24. **É preciso recuperar o poder de compra perdido**
- internacional
26. **Quando as contradições internas vêm ao de cima**
- divulgação
28. **Respirar desenho na Fundação Júlio Resende**
29. **Celebrar o jazz na cidade-berço**
- apostas spn
30. **Teatro de sombras conjuga cor e cidadania**
| Preservar a memória | Agustina e Kierkegaard pela Seiva Trupe
- a fechar
31. **Dos pássaros e do menino grande**